



Estratégia

CONCURSOS

Aula 12

Contabilidade Geral p/ Auditor Fiscal do Trabalho - AFT 2017 (Com videoaulas)

Professores: Gabriel Rabelo, Júlio Cardozo, Luciano Rosa

AULA 12: CPC 00 - ESTRUTURA CONCEITUAL PARA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.**SUMÁRIO**

1	APRESENTAÇÃO	2
2	CPC – 00: ESTRUTURA CONCEITUAL BÁSICA DA CONTABILIDADE.....	3
3	PRINCIPAIS ALTERAÇÕES [E QUE CAEM EM PROVA] DA ÚLTIMA REVISÃO DO CPC 00 (REVISÃO 1): ..	3
4	INTRODUÇÃO	7
5	FINALIDADE E STATUS	8
6	DIVISÃO DO CPC 00:	9
7	CAPÍTULO 1 - OBJETIVO DO RELATÓRIO CONTÁBIL-FINANCEIRO DE PROPÓSITO GERAL	10
7.1	PERFORMANCE FINANCEIRA REFLETIDA PELO REGIME DE COMPETÊNCIA (ACCRUALS)	15
8	CAPÍTULO 2: A ENTIDADE QUE REPORTA A INFORMAÇÃO	16
9	CAPÍTULO 3: CARACTERÍSTICAS QUALITATIVAS DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL-FINANCEIRA ÚTIL	16
9.1	CARACTERÍSTICAS QUALITATIVAS FUNDAMENTAIS	17
9.1.1	RELEVÂNCIA.....	17
9.1.2	REPRESENTAÇÃO FIDEDIGNA	19
9.2	CARACTERÍSTICAS QUALITATIVAS DE MELHORIA.....	20
9.3	COMPARABILIDADE.....	20
9.4	VERIFICABILIDADE	21
9.5	TEMPESTIVIDADE	22
9.6	COMPREENSIBILIDADE	22
10	CAPÍTULO 4: ESTRUTURA CONCEITUAL PARA A ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS: TEXTO REMANESCENTE	24
11	ELEMENTOS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	25
12	POSIÇÃO PATRIMONIAL E FINANCEIRA	26
12.1	ATIVOS.....	28
12.2	PASSIVOS.....	29
12.3	PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	31
12.4	DESEMPENHO.....	32
12.5	RECEITAS	33
12.6	DESPESAS	34
13	RECONHECIMENTO DOS ELEMENTOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	34
13.1	RECONHECIMENTO DE ATIVOS.....	34
13.2	RECONHECIMENTO DE PASSIVOS	35
13.3	RECONHECIMENTO DE RECEITAS E DESPESAS	35
14	MENSURAÇÃO DOS ELEMENTOS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	36
14.1	PRINCÍPIO DO REGISTRO PELO VALOR ORIGINAL.....	38
15	MANUTENÇÃO DO CAPITAL FÍSICO E FINANCEIRO	44
16	RESUMO: ESTRUTURA CONCEITUAL BÁSICA DA CONTABILIDADE	49
17	MAPAS MENTAIS DESTA AULA (*ELABORADOS PELO PROFESSOR JULIO CARDOZO)	52
18	QUESTÕES COMENTADAS	54
19	QUESTÕES COMENTADAS NESTA AULA.....	84
20	GABARITO DAS QUESTÕES COMENTADAS NESTA AULA	92

1 APRESENTAÇÃO

Olá, meus amigos. Como estão?! Sejam bem-vindos a mais uma aula de **Contabilidade Geral** para o cargo de Auditor **Fiscal do Trabalho!**

Creiam, é uma satisfação estarmos elaborando esse material para vocês.

Ser auditor é muito bom! Aqui lhes falam duas pessoas que já passaram por esses momentos tensos de estudos, mas que garantem que todo o esforço vale muito a pena! Agora é hora de se estudar o máximo que pode. Sem desculpas, sempre com pensamento positivo.

Na aula de hoje, trataremos basicamente dos seguintes assuntos:

AULA	TÓPICOS
Aula 12	CPC 00 - Estrutura conceitual para elaboração das demonstrações contábeis.

O fórum de dúvidas está em pleno funcionamento! Pedimos que as dúvidas sejam encaminhadas preferencialmente ao fórum.

Então, vamos aos estudos? Um abraço.

Gabriel Rabelo/Luciano Rosa.

Observação: o texto do Pronunciamento em todas as aulas são aqueles destacados dentro das caixas de texto. Fora, são os comentários e explicações.

2 CPC – 00: ESTRUTURA CONCEITUAL BÁSICA DA CONTABILIDADE

3 PRINCIPAIS ALTERAÇÕES [E QUE CAEM EM PROVA] DA ÚLTIMA REVISÃO DO CPC 00 (REVISÃO 1):

Haverá novas mudanças neste pronunciamento (o prefácio da norma diz isso). A versão anterior era de 1989. Esperemos que a próxima versão também dure bastante tempo, assim fica mais fácil para aprendê-la.

No Capítulo 1, o CPC chama a atenção para os seguintes tópicos que estão salientados nas Bases para Conclusões emitidas pelos IASB e FASB para justificarem as modificações e emitirem esta nova versão da Estrutura Conceitual:

(a) posicionamento mais claro de que **as informações contidas nos relatórios contábil-financeiros se destinam primariamente aos seguintes usuários externos**: investidores, financiadores e outros credores, **sem hierarquia de prioridade**;

(b) não foram aceitas as sugestões enviadas durante a audiência pública, feita por aqueles órgãos, no sentido de que caberia, na Estrutura Conceitual, com o objetivo da denominada 'manutenção da estabilidade econômica', a possibilidade de postergação de informações sobre certas alterações nos ativos ou nos passivos. Pelo contrário, ficou firmada a posição de que prover prontamente informação fidedigna e relevante pode melhorar a confiança do usuário e assim contribuir para a promoção da estabilidade econômica.

No Capítulo 3, as principais mudanças também salientadas nas Bases para Conclusões foram as seguintes:

Divisão das características qualitativas da informação contábil-financeira em:

(a) **características qualitativas fundamentais** (fundamental qualitative characteristics – **relevância e representação fidedigna**), as mais críticas; e
(b) **características qualitativas de melhoria** (enhancing qualitative characteristics – **comparabilidade, verificabilidade, tempestividade e compreensibilidade**), menos críticas, mas ainda assim altamente desejáveis.

A **característica qualitativa confiabilidade** foi **redenominada de representação fidedigna**; as justificativas constam das Bases para Conclusões.

A característica **essência sobre a forma** foi formalmente retirada da condição de componente separado da representação fidedigna, **por ser considerado isso uma redundância**. A representação pela forma legal que difira da

substância econômica não pode resultar em representação fidedigna, conforme citam as Bases para Conclusões.

Assim, **essência sobre a forma continua, na realidade, bandeira insubstituível nas normas do IASB.**

A característica prudência (conservadorismo) foi também retirada da condição de aspecto da representação fidedigna por ser inconsistente com a neutralidade (Importante! Anotem!).

Subavaliações de ativos e superavaliações de passivos, segundo os Boards mencionam nas Bases para Conclusões, com consequentes registros de desempenhos posteriores inflados, são incompatíveis com a informação que pretende ser neutra.

Vamos resumir e explicar:

a) As informações contidas nos relatórios contábil-financeiros se destinam primariamente aos seguintes usuários externos: investidores, financiadores e outros credores, sem hierarquia de prioridade;

A **principal função da contabilidade é a de fornecer informações úteis para a tomada de decisão**. Podemos dividir os usuários em dois grandes grupos: **usuários externos e usuários internos**.



Entre os usuários externos das demonstrações contábeis incluem-se investidores atuais e potenciais, empregados, financiadores e outros credores por empréstimos, fornecedores e outros credores comerciais, clientes, governos e suas agências e o público. Eles usam as demonstrações contábeis para satisfazer algumas das suas diversas necessidades de informações.

As demonstrações contábeis destinadas aos usuários externos precisam ter credibilidade. Se uma

empresa começa a apresentar resultados ruins, que deterioram a sua situação patrimonial e financeira, o que a impede de "melhorar" os números das demonstrações?

Afinal, uma empresa em dificuldades não tem crédito na praça. Os fornecedores exigem pagamento à vista (às vezes até antecipado), os bancos não emprestam, e a empresa pode acabar falindo.

Para conferir credibilidade aos demonstrativos, as empresas devem seguir os princípios contábeis, há regras estritas sobre o que deve ser contabilizado, como realizar o reconhecimento da receita, enfim, todo o arcabouço que compõe a contabilidade e que irão resultar nos demonstrativos contábeis-financeiros.

Além disso, para as grandes empresas e as sociedades por ações, há o parecer dos auditores independentes, atestando que as demonstrações representam adequadamente a situação da empresa.

Para os usuários internos (administração da empresa), a situação muda totalmente. Não há necessidade de credibilidade. **Como a administração controla a elaboração das informações, não iria “enganar a si mesma”, com informações falsas.**

Isto não significa que a Administração não use as demonstrações contábeis. Mas as demonstrações são feitas principalmente para atender aos usuários externos.

(b) não foram aceitas as sugestões enviadas durante a audiência pública, feita por aqueles órgãos, no sentido de que caberia, na Estrutura Conceitual, com o objetivo da denominada ‘manutenção da estabilidade econômica’, a possibilidade de postergação de informações sobre certas alterações nos ativos ou nos passivos. Pelo contrário, ficou firmada a posição de que prover prontamente informação fidedigna e relevante pode melhorar a confiança do usuário e assim contribuir para a promoção da estabilidade econômica.

Aparentemente, houve aqui uma tentativa de “manipular” a informação contábil, com a finalidade de “manter a estabilidade econômica”. Esta situação pode ser exemplificada da seguinte forma: suponha que um auditor do Banco Central descubra que um grande banco está manipulando seus demonstrativos contábeis e encontra-se em estado falimentar. A divulgação dessa informação poderia levar a uma corrida aos bancos, causando um “efeito-dominó”, com a quebra de várias instituições bancárias. Pois é sabido que, se todos os correntistas de um banco solicitarem seu dinheiro ao mesmo tempo, o banco provavelmente não terá como atender.

Então, a proposta indecente: postergar a informação contábil, para manter a “estabilidade econômica”. Naturalmente, algumas pessoas saberão do fato antes da divulgação. E poderão tirar o seu dinheiro tranquilamente do banco ameaçado, vender as suas ações deste banco (se for o caso), enfim, terão oportunidades de ganho ou de evitar perdas com eventual falência. Além de representar uma manipulação inaceitável.

Felizmente, tal proposta foi rechaçada, sob o argumento que “prover prontamente informação fidedigna e relevante pode melhorar a confiança do usuário e assim contribuir para a promoção da estabilidade econômica”.

No Capítulo 3, as principais mudanças também salientadas nas Bases para Conclusões foram as seguintes:

Divisão das características qualitativas da informação contábil-financeira em:

- (a) **características qualitativas fundamentais** (fundamental qualitative characteristics – **relevância e representação fidedigna**), as mais críticas; e
- (b) **características qualitativas de melhoria** (enhancing qualitative characteristics – **comparabilidade, verificabilidade, tempestividade e compreensibilidade**), menos críticas, mas ainda assim altamente desejáveis.

As características qualitativas foram divididas em dois grupos:

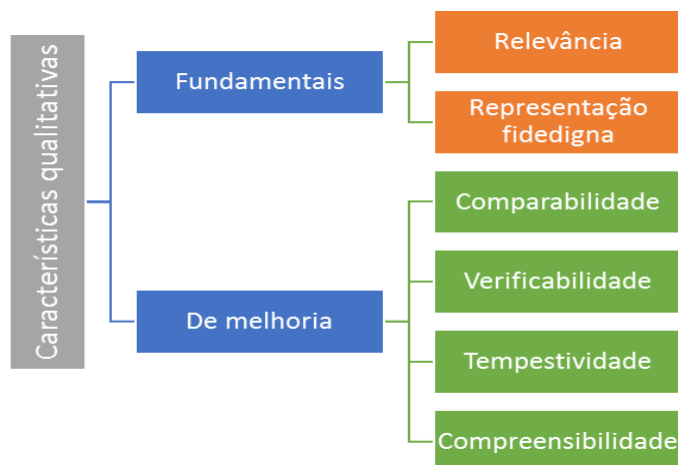
1) Características qualitativas fundamentais

- 1.1 - Relevância
- 1.2 - Representação fidedigna

2) Características qualitativas de melhoria

- 2.1 - Comparabilidade
- 2.2 - Verificabilidade
- 2.3 - Tempestividade
- 2.4 - Compreensibilidade

Características qualitativas – CPC 00





(CESPE/Perito Criminal Federal/2013) Julgue o item seguinte, de acordo com os princípios de contabilidade e as normas do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Relevância e comparabilidade são características qualitativas fundamentais da informação contábil-financeira útil, pois tornam a informação capaz de fazer a diferença nas decisões tomadas pelos usuários.

Comentários: Vê-se, claramente, que o item está incorreto, já que a comparabilidade é uma característica qualitativa de melhoria.

(CESPE/Consultor Legislativo/Câmara dos Deputados/2014) São características qualitativas da informação contábil financeira as fundamentais, que compreendem a relevância e a representação fidedigna, e as de melhoria, que abrangem a comparabilidade, a verificabilidade, a compreensibilidade e a tempestividade.

Comentários: O item está correto. É exatamente o que estamos falando aqui!

4 INTRODUÇÃO

O primeiro aspecto importante que devemos compreender é que as **demonstrações contábeis são preparadas para usuários externos em geral**. Embora alguns órgãos do governo, fiscos, entre outros, determinem o cumprimento de certas exigências, isso não tem o condão de retirar o público a quem se dirige as demonstrações contábeis preparadas sob a égide da Estrutura Conceitual Básica: **usuários externos em geral**.

Segundo a introdução do Pronunciamento:

Demonstrações contábeis preparadas dentro do que prescreve esta Estrutura Conceitual **objetivam fornecer informações que sejam úteis na tomada de decisões econômicas e avaliações por parte dos usuários em geral**, não tendo o propósito de atender finalidade ou necessidade específica de determinados grupos de usuários.

Esses usuários se utilizarão das demonstrações para diversos fins, tais como decidir quando comprar e vender ações, avaliar a segurança quanto à recuperação de recursos financeiros emprestados à entidade, entre outros.

5 FINALIDADE E STATUS

A Estrutura Conceitual estabelece os conceitos que fundamentam a elaboração e a apresentação de demonstrações contábeis destinadas a usuários externos.

A finalidade desta Estrutura Conceitual é:

- (a) dar suporte ao desenvolvimento de novos Pronunciamentos Técnicos, Interpretações e Orientações e à revisão dos já existentes, quando necessário;
- (b) dar suporte à promoção da harmonização das regulações, das normas contábeis e dos procedimentos relacionados à apresentação das demonstrações contábeis, provendo uma base para a redução do número de tratamentos contábeis alternativos permitidos pelos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações;
- (c) dar suporte aos órgãos reguladores nacionais;
- (d) auxiliar os responsáveis pela elaboração das demonstrações contábeis na aplicação dos Pronunciamentos Técnicos, Interpretações e Orientações e no tratamento de assuntos que ainda não tenham sido objeto desses documentos;
- (e) auxiliar os auditores independentes a formar sua opinião sobre a conformidade das demonstrações contábeis com os Pronunciamentos Técnicos, Interpretações e Orientações;
- (f) auxiliar os usuários das demonstrações contábeis na interpretação de informações nelas contidas, elaboradas em conformidade com os Pronunciamentos Técnicos, Interpretações e Orientações; e
- (g) proporcionar aos interessados informações sobre o enfoque adotado na formulação dos Pronunciamentos Técnicos, das Interpretações e das Orientações.

Esta Estrutura Conceitual não é um Pronunciamento Técnico propriamente dito e, portanto, não define normas ou procedimentos para qualquer questão particular sobre aspectos de mensuração ou divulgação. Nada nesta Estrutura Conceitual substitui qualquer Pronunciamento Técnico, Interpretação ou Orientação.

Pode haver um número limitado de casos em que seja observado um conflito entre esta Estrutura Conceitual e um Pronunciamento Técnico, uma Interpretação ou uma Orientação. Nesses casos, as exigências do Pronunciamento Técnico, da Interpretação ou da Orientação específicos devem prevalecer sobre esta Estrutura Conceitual.

Entretanto, à medida que futuros Pronunciamentos Técnicos, Interpretações ou Orientações sejam desenvolvidos ou revisados tendo como norte esta Estrutura Conceitual, o número de casos de conflito entre esta Estrutura Conceitual e eles tende a diminuir.

A importância da Estrutura Conceitual fica clara quando analisamos a sua finalidade.



Mas devemos ressaltar que a Estrutura Conceitual não é e não substitui um Pronunciamento. Assim, não define normas ou procedimentos para qualquer questão particular.

Se houver divergência entre a Estrutura Conceitual e um Pronunciamento Técnico, uma Interpretação ou uma Orientação, estes devem prevalecer sobre a Estrutura Conceitual.



(AOCF/Analista/TRE/AC/2015) O CPC 00 é um Pronunciamento Técnico propriamente dito e, portanto, define normas e procedimentos sobre aspectos relacionados à mensuração ou divulgação dos elementos patrimoniais.

Comentários: O item está incorreto. O CPC 00 não é um Pronunciamento Técnico propriamente dito.

(AOCF/Analista/TRE/AC/2015) É um Pronunciamento Técnico que estabelece critérios para elaboração e apresentação de demonstrações contábeis destinadas a usuários internos e externos da informação contábil.

Comentários: O item está incorreto. O CPC 00 visa a atender precipuamente usuários externos.

(AOCF/Analista/TRE/AC/2015) Quando for observado um conflito entre essa Estrutura Conceitual e um Pronunciamento Técnico, uma interpretação ou uma orientação, as exigências da Estrutura Conceitual devem prevalecer.

Comentários: O item está incorreto. Se houver divergência, prevalece o CPC específico em detrimento da Estrutura Conceitual.

6 DIVISÃO DO CPC 00:

Esta Estrutura Conceitual aborda:

- (a) o objetivo da elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro;
- (b) as características qualitativas da informação contábil-financeira útil;
- (c) a definição, o reconhecimento e a mensuração dos elementos a partir dos quais as demonstrações contábeis são elaboradas; e
- (d) os conceitos de capital e de manutenção de capital.

O CPC 00 divide-se em quatro capítulos:

- **Capítulo 1:** O objetivo da elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro.
- **Capítulo 2:** (Ainda não publicado) refere-se à entidade que reporta as informações (a empresa que está publicando as demonstrações).
- **Capítulo 3:** O Capítulo 3 trata das características qualitativas da informação contábil.
- **Capítulo 4:** Contém o texto remanescente da antiga Estrutura Conceitual, incluindo os conceitos de capital e manutenção de capital.

7 CAPÍTULO 1 - OBJETIVO DO RELATÓRIO CONTÁBIL-FINANCEIRO DE PROPÓSITO GERAL

OB1. O objetivo da elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro de propósito geral constitui o pilar da Estrutura Conceitual. Outros aspectos da Estrutura Conceitual – como o conceito de entidade que reporta a informação, as características qualitativas da informação contábil-financeira útil e suas restrições, os elementos das demonstrações contábeis, o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a evidenciação – fluem logicamente desse objetivo.

Objetivo, utilidade e limitações do relatório contábil-financeiro de propósito geral

OB2. O objetivo do relatório contábil-financeiro de propósito geral é **fornecer informações contábil-financeiras acerca da entidade que reporta essa informação** (reporting entity) que sejam **úteis a investidores existentes e em potencial, a credores por empréstimos e a outros credores, quando da tomada decisão ligada ao fornecimento de recursos para a entidade**. Essas decisões envolvem comprar, vender ou manter participações em instrumentos patrimoniais e em instrumentos de dívida, e a oferecer ou disponibilizar empréstimos ou outras formas de crédito.



tome nota!

Demonstrações contábeis = Relatório contábil-financeiro de propósito geral.

Seu **objetivo é fornecer informação contábil-financeira que sejam úteis aos seus usuários.**

O Pronunciamento enfatiza que as informações **se destinam principalmente ao público externo, com foco nos investidores, credores por empréstimos e a outros credores**, quando da tomada decisão ligada ao fornecimento de recursos para a entidade. Ou seja, destinam-se principalmente aos financiadores da entidade, sejam os acionistas ou os credores.

A elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro de propósito geral constituem o pilar da Estrutura Conceitual. O restante do Pronunciamento (conceito de entidade que reporta a informação, as características qualitativas da informação contábil-financeira útil e suas restrições, os elementos das demonstrações contábeis, o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a evidenciação) decorre desse objetivo.

As decisões dos investidores existentes e em potencial, relacionadas a comprar, vender ou manter instrumentos patrimoniais (ações) e instrumentos de dívida (por exemplo, debêntures) dependem do retorno esperado dos investimentos (dividendos, pagamento de principal e juros ou acréscimos nos preços de mercado).

Similarmente, decisões a serem tomadas por credores por empréstimos e por outros credores, existentes ou em potencial, relacionadas a oferecer ou disponibilizar empréstimos ou outras formas de crédito, dependem dos pagamentos de principal e de juros ou de outros retornos que eles esperam

As expectativas de investidores, credores por empréstimos e outros credores em termos de retorno dependem da avaliação destes ao **montante, à tempestividade e às incertezas associadas aos fluxos de caixa futuros** de entrada para a entidade.

Consequentemente, investidores existentes e em potencial, credores por empréstimo e outros credores necessitam de informação para auxiliá-los na avaliação das perspectivas em termos de entrada de fluxos de caixa futuros para a entidade.

OB4. Para avaliar as perspectivas da entidade em termos de entrada de fluxos de caixa futuros, investidores existentes e em potencial, credores por empréstimo e outros credores necessitam de informação acerca de **recursos da entidade, reivindicações contra a entidade, e o quão eficiente e efetivamente a administração da entidade e seu conselho de administração têm cumprido com suas responsabilidades no uso dos recursos da entidade**. Exemplos de referidas responsabilidades incluem a proteção de recursos da entidade de efeitos desfavoráveis advindos de fatos econômicos, como, por exemplo, mudanças de preço e de tecnologia, e a garantia de que a entidade tem cumprido as leis, com a regulação e com as disposições contratuais vigentes.

Para avaliar as perspectivas da empresa com relação ao fluxo de caixa futuro, os usuários externos precisam de informações sobre os recursos da empresa (ativo), reivindicações contra a entidade, e a eficiência e efetividade da administração.

As reivindicações contra a entidade incluem os passivos existentes e potenciais, como os passivos contingentes (ações judiciais contra a empresa, por exemplo).

Ora, **muitos usuários externos não podem requerer que as empresas prestem a eles diretamente as informações de que necessitam, devendo desse modo confiar nos relatórios contábil-financeiros de propósito geral, para grande parte da informação contábil-financeira que buscam.** Consequentemente, eles são os **usuários primários** para quem relatórios contábil-financeiros de propósito geral são direcionados.

Entretanto, relatórios contábil-financeiros de propósito geral não atendem e não podem atender a todas as informações de que necessitam os usuários, que precisam considerar informação pertinente de outras fontes, como, por exemplo, condições econômicas gerais e expectativas, eventos políticos e clima político, e perspectivas e panorama para a indústria e para a entidade.



(FGV/Agente de Fiscalização/TCM/SP/2015) Relatórios contábil-financeiros de propósito geral contêm informações de possível interesse a uma ampla gama de usuários. Tendo em vista que a Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro tem como pilar a definição do objetivo da elaboração e divulgação desses relatórios, interessados em informações sobre o enfoque adotado na formulação dos pronunciamentos técnicos, das interpretações e das orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis podem concluir que o comitê procura atender aos desejos e necessidades de informação:

- (A) de todos os possíveis usuários dos relatórios contábil-financeiros de propósito geral;
- (B) da administração da entidade que reporta a informação;
- (C) de investidores existentes e em potencial, de credores por empréstimos e de outros credores da entidade que reporta a informação;
- (D) de órgãos reguladores da entidade que reporta a informação;
- (E) de todos os usuários que não possam requerer que as entidades que reportam a informação prestem a eles diretamente as informações de que necessitam.

Comentários: Questão difícil! As letras C e E podem confundir. Vejamos:

Conforme dissemos acima, na aula, o gabarito seria a letra C, pelo OB2, do CPC 00. E esse é o gabarito da questão, letra C.

Vejamos, porém, a definição que consta no pronunciamento CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis:

Demonstrações contábeis de propósito geral (referidas simplesmente como demonstrações contábeis) são aquelas cujo propósito reside no atendimento das necessidades informacionais de usuários externos que não se encontram em condições de requerer relatórios especificamente planejados para atender às suas necessidades peculiares.

E caímos na letra E. O que justifica o gabarito, para a FGV, é que a questão menciona no caput a Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro.

Gabarito → C

Continuando nossa aula...

OB7. Relatórios contábil-financeiros de propósito geral não são elaborados para se chegar ao valor da entidade que reporta a informação; a rigor, fornecem informação para auxiliar investidores, credores por empréstimo e outros credores, existentes e em potencial, a estimarem o valor da entidade que reporta a informação.

As informações contábil-financeiras auxiliam os usuários a estimar, mas **não são elaborados para mostrar o valor econômico da entidade**. Expliquemos.

As demonstrações podem evidenciar os ativos e passivos (recursos e reivindicações) da entidade. Mas o **valor econômico refere-se principalmente às expectativas quanto ao resultado futuro** (lucro e fluxo de caixa) do que quanto à situação atual.

Por exemplo, um investidor pode estar avaliando duas lanchonetes que possuem o mesmo valor de ativos e passivos. Mas uma delas pode estar ao lado de uma grande faculdade, e a outra não. Nesse caso, ainda que os ativos e passivos sejam semelhantes, o valor econômico (em função do resultado futuro) é diferente.

Assim, **cada investidor e/ou credor, usando as informações contábil-financeiras, deve avaliar, de acordo com suas expectativas, o valor da entidade**.

Os usuários externos têm diferentes desejos e necessidades de informações. As normas sobre a elaboração das demonstrações contábil-financeiras procuram proporcionar um conjunto de informações que atenda às necessidades do número máximo de usuários primários. Isto não impede que a empresa preste informações adicionais que sejam úteis a um subconjunto particular de usuários primários.



A administração está também interessada em informação contábil-financeira sobre a entidade. Contudo, a administração não precisa apoiar-se em relatórios contábil-financeiros de propósito geral, uma vez que é capaz de obter a informação contábil-financeira de que precisa internamente.

Outras partes interessadas, como, por exemplo, órgãos reguladores e membros do público que não sejam investidores, credores por empréstimo e outros credores, podem do mesmo modo achar úteis relatórios contábil-financeiros de propósito geral. Contudo, esses relatórios não são direcionados primariamente a esses outros grupos.

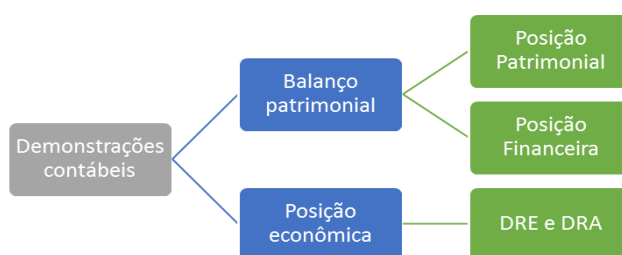
Os relatórios contábil-financeiros são baseados em estimativas, julgamentos e modelos e não em descrições ou retratos exatos. A Estrutura Conceitual estabelece os conceitos que devem amparar tais estimativas, julgamentos e modelos.

Informação acerca dos recursos econômicos da entidade que reporta a informação, reivindicações e mudanças nos recursos e reivindicações

OB12. Relatórios contábil-financeiros de propósito geral fornecem informação acerca da **posição patrimonial e financeira** da entidade que reporta a informação, a qual representa informação sobre os recursos econômicos da entidade e reivindicações contra a entidade que reporta a informação.

Relatórios contábil-financeiros também fornecem informação sobre os **efeitos de transações e outros eventos que alteram os recursos econômicos** da entidade que reporta a informação e reivindicações contra ela. Ambos os tipos de informação fornecem dados de entrada úteis para decisões ligadas ao fornecimento de recursos para a entidade.

O Pronunciamento destaca as duas principais informações obtidas das demonstrações contábil-financeiras: a **posição patrimonial e financeira** (obtida principalmente pelo Balanço Patrimonial) e o **efeito de transações e outros eventos que alteram os recursos econômicos** (demonstração do resultado do exercício e demonstração do resultado abrangente).



As informações do Balanço Patrimonial, ou seja, os recursos econômicos (ativos) e reivindicações (passivo) podem auxiliar os usuários a identificar a fraqueza e o vigor financeiro da empresa, inclusive para avaliar sua liquidez e solvência e suas necessidades em termos de financiamento.

Já as informações sobre as mudanças nos recursos econômicos e reivindicações (Resultado do Exercício e Resultado Abrangente) ajudam a avaliar a performance da empresa, mostrando como a administração tem sido no desempenho de suas responsabilidades. São úteis também para a predição de retornos futuros da entidade sobre os seus recursos econômicos (função preditiva).

7.1 PERFORMANCE FINANCEIRA REFLETIDA PELO REGIME DE COMPETÊNCIA (ACCRUALS)

Texto do Pronunciamento Conceitual Básico

OB17. O regime de competência retrata com propriedade os efeitos de transações e outros eventos e circunstâncias sobre os recursos econômicos e reivindicações da entidade que reporta a informação nos períodos em que ditos efeitos são produzidos, ainda que os recebimentos e pagamentos em caixa derivados ocorram em períodos distintos. Isso é importante em função de a informação sobre os recursos econômicos e reivindicações da entidade que reporta a informação, e sobre as mudanças nesses recursos econômicos e reivindicações ao longo de um período, fornecer melhor base de avaliação da performance passada e futura da entidade do que a informação puramente baseada em recebimentos e pagamentos em caixa ao longo desse mesmo período.

Este item reafirma a importância do regime de competência (que é um dos Princípios Contábeis) para a elaboração das demonstrações contábil-financeiras. A utilização do Regime de Competência fornece melhor base de avaliação da performance passada e futura da entidade do que a informação puramente baseada em recebimentos e pagamentos em caixa ao longo desse mesmo período.

No entanto, informações sobre os fluxos de caixa da entidade que reporta a informação durante um período também ajudam os usuários a avaliar a capacidade de a entidade gerar fluxos de caixa futuros líquidos, indicando como a empresa obtém e despende caixa, informações sobre seus empréstimos e resgate de títulos de dívida, dividendos e outras distribuições para seus investidores, e outros fatos que podem afetar a liquidez e a solvência da entidade.

Regime de competência	Ajuda a avaliar a performance da empresa
-----------------------	--

Fluxo de caixa

Ajuda a avaliar a capacidade de geração de caixa

Os recursos econômicos e reivindicações da entidade podem ainda mudar por outras razões que não sejam resultantes de sua performance financeira, como é o caso da emissão adicional de suas ações. Informações sobre esse tipo de mudança são necessárias para dar aos usuários uma completa compreensão do porquê das mudanças nos recursos econômicos e reivindicações da empresa e as implicações dessas mudanças em sua futura performance financeira.

8 CAPÍTULO 2: A ENTIDADE QUE REPORTA A INFORMAÇÃO

Ainda não foi produzido!

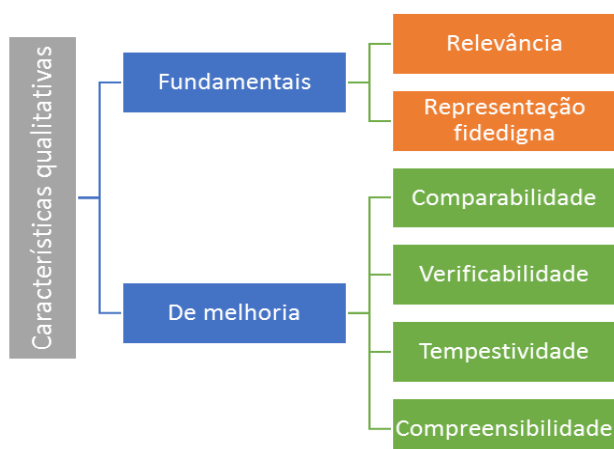
9 CAPÍTULO 3: CARACTERÍSTICAS QUALITATIVAS DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL-FINANCEIRA ÚTIL

QC4. Se a informação contábil-financeira é para ser útil, ela precisa ser **relevante e representar com fidedignidade** o que se propõe a representar. A **utilidade** da informação contábil-financeira **é melhorada** se ela for **comparável, verificável, tempestiva e compreensível**.

3. Ao longo de toda esta Estrutura Conceitual, os termos características qualitativas e restrição irão se referir a características qualitativas da informação contábil-financeira útil e à restrição da informação contábil-financeira útil.

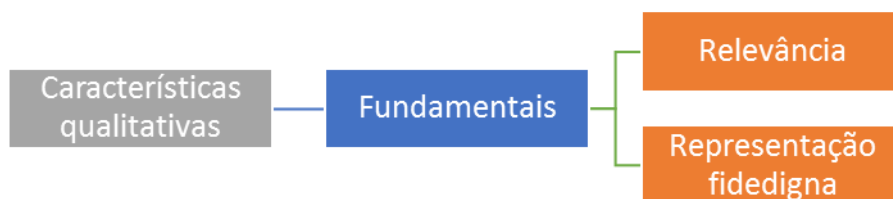


As características qualitativas foram divididas em duas categorias: Características qualitativas **fundamentais (relevância e representação fidedigna)** e Características qualitativas **de melhoria (comparabilidade, verificabilidade, tempestividade e compreensibilidade)**



9.1 CARACTERÍSTICAS QUALITATIVAS FUNDAMENTAIS

QC5. As características qualitativas fundamentais são **relevância e representação fidedigna**.



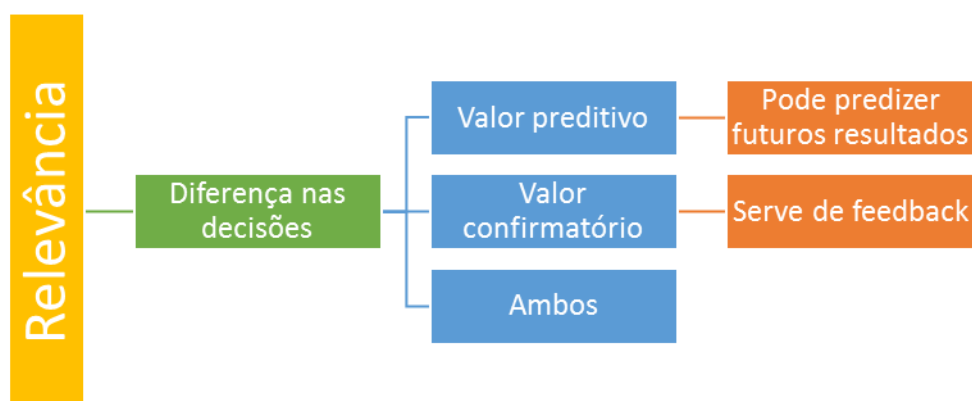
9.1.1 RELEVÂNCIA

Informação contábil-financeira relevante é aquela capaz de fazer diferença nas decisões que possam ser tomadas pelos usuários.

A informação contábil-financeira é capaz de fazer diferença nas decisões se tiver **valor preditivo, valor confirmatório ou ambos**.

A informação contábil-financeira tem **valor preditivo se puder ser utilizada pelos usuários para prever futuros resultados**. A informação contábil-financeira não precisa ser uma predição ou uma projeção para que possua valor preditivo. A informação contábil-financeira com valor preditivo é empregada pelos usuários ao fazerem suas próprias predições.

A **informação** contábil-financeira tem **valor confirmatório se retro-alimentar – servir de feedback – avaliações prévias (confirmá-las ou alterá-las)**.



QC10. O **valor preditivo e o valor confirmatório** da informação contábil-financeira **estão inter-relacionados**. **A informação que tem valor preditivo muitas vezes também tem valor confirmatório**. Por exemplo, a informação sobre receita para o ano corrente, a qual pode ser utilizada como base para prever receitas para anos futuros, também pode ser comparada com predições de receita para o ano corrente que foram feitas nos anos anteriores.

Os resultados dessas comparações podem auxiliar os usuários a corrigirem e a melhorarem os processos que foram utilizados para fazer tais predições.

Materialidade

QC11. A informação é material se a sua omissão ou sua divulgação distorcida (misstating) puder influenciar decisões que os usuários tomam com base na informação contábil-financeira acerca de entidade específica que reporta a informação. Em outras palavras, a **materialidade é um aspecto de relevância específico da entidade baseado na natureza ou na magnitude**, ou em ambos, dos itens para os quais a informação está relacionada no contexto do relatório contábil-financeiro de uma entidade em particular.

Consequentemente, não se pode especificar um limite quantitativo uniforme para materialidade ou predeterminar o que seria julgado material para uma situação particular.

A materialidade é um aspecto de relevância específico da entidade, baseado na natureza ou na magnitude. Ou seja, **o que é material para uma empresa pode não ser para outra. Não é possível determinar um valor ou um percentual uniforme para todas as empresas.**

Um item pode ter valor pequeno, mas ser material devido à sua natureza. Por exemplo, se uma grande empresa inicia um novo negócio, este pode ter, originariamente, valor pequeno em relação às operações da empresa. Mas pode ter muito potencial de rentabilidade e crescimento, ou de inovação, o que justifica a sua materialidade. Por exemplo, quando as empresas começaram a fabricar aparelhos de DVD, esse era um negócio pequeno, frente à operação de vídeo-cassete (que já estava estabelecida). Após alguns anos, os aparelhos de vídeo-cassete sumiram, e só restaram os DVD (que estão sumindo também – estão perdendo espaço para os aparelhos de Blu-ray).



(CETRO/Auditor Fiscal/ISS SP/2014) As características qualitativas fundamentais das Demonstrações Contábeis estão descritas na NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL, aprovada pela Resolução CFC nº 1.374/2011. Essas características referem-se aos atributos que tornam as demonstrações contábeis úteis para os usuários. Com base nisso, leia o trecho abaixo e, em seguida, assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna.

A _____ refere-se à informação capaz de fazer diferença nas decisões que possam ser tomadas pelos usuários. A informação pode ser capaz

de fazer diferença em uma decisão mesmo no caso de alguns usuários decidirem não levá-la em consideração, ou já tiverem tomado ciência de sua existência por outras fontes.

- a) Compreensibilidade
- b) Relevância
- c) Materialidade
- d) Representação Fidedigna
- e) Continuidade

Comentários:

A questão refere-se claramente à característica da relevância.

Gabarito → B.

9.1.2 REPRESENTAÇÃO FIDEDIGNA

QC12. Os relatórios contábil-financeiros representam um fenômeno econômico em palavras e números. Para ser útil, a informação contábil-financeira não tem só que representar um fenômeno relevante, mas tem também que representar com fidedignidade o fenômeno que se propõe representar. **Para ser representação perfeitamente fidedigna, a realidade retratada precisa ter três atributos.** Ela tem que ser **completa, neutra e livre de erro.** É claro, a perfeição é rara, se de fato alcançável. O objetivo é maximizar referidos atributos na extensão que seja possível.

A representação fidedigna refere-se a três atributos, precisando ser **completa, neutra e livre de erro.**

Para ser **completa**, a informação deve conter o necessário para que o usuário compreenda o fenômeno sendo retratado.

Para ser **neutra**, deve estar livre de viés na seleção ou na apresentação, não podendo ser distorcida para mais ou para menos.

Finalmente, ser **livre de erros** não significa total exatidão, mas sim que o processo para obtenção da informação tenha sido selecionado e aplicado livre de erros. No caso de estimativas, ela é considerada como tendo representação fidedigna se, além disso, o montante for claramente descrito como sendo estimativa e se a natureza e as limitações do processo forem devidamente revelados.

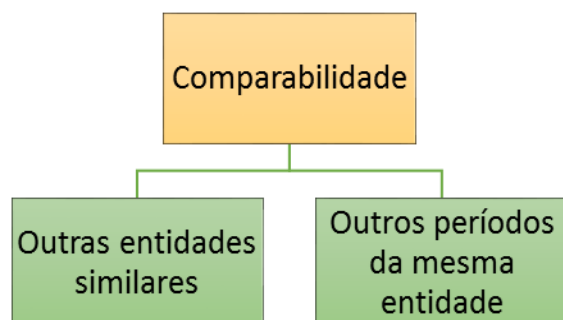
Informação	O que é
Completa	Contém o necessário para compreender o fenômeno retratado
Neutra	Não possui viés na apresentação e seleção. Não é distorcida.
Livro de erros	Não significa exatidão, mas escolha dos métodos corretos

QC16. Representação fidedigna, por si só, não resulta necessariamente em informação útil. Por exemplo, a entidade que reporta a informação pode receber um item do imobilizado por meio de subvenção governamental. Obviamente, a entidade ao reportar que adquiriu um ativo sem custo retrataria com fidedignidade o custo desse ativo, porém essa informação provavelmente não seria muito útil. Outro exemplo mais sutil seria a estimativa do montante por meio do qual o valor contábil do ativo seria ajustado para refletir a perda por desvalorização no seu valor (impairment loss). Essa estimativa pode ser uma representação fidedigna se a entidade que reporta a informação tiver aplicado com propriedade o processo apropriado, tiver descrito com propriedade a estimativa e tiver revelado quaisquer incertezas que afetam significativamente a estimativa. Entretanto, se o nível de incerteza de referida estimativa for suficientemente alto, a estimativa não será particularmente útil. Em outras palavras, a relevância do ativo que está sendo representado com fidedignidade será questionável. Se não existir outra alternativa para retratar a realidade econômica que seja mais fidedigna, a estimativa nesse caso deve ser considerada a melhor informação disponível.

9.2 CARACTERÍSTICAS QUALITATIVAS DE MELHORIA

QC19. **Comparabilidade, verificabilidade, tempestividade e compreensibilidade são características qualitativas que melhoram a utilidade** da informação que é relevante e que é representada com fidedignidade. As características qualitativas de melhoria podem também auxiliar a determinar qual de duas alternativas que sejam consideradas equivalentes em termos de relevância e fidedignidade de representação deve ser usada para retratar um fenômeno.

9.3 COMPARABILIDADE



QC20. As decisões de usuários implicam escolhas entre alternativas, como, por exemplo, vender ou manter um investimento, ou investir em uma entidade ou noutra. Consequentemente, a informação acerca da entidade que reporta informação será mais útil caso possa ser **comparada com informação similar sobre outras entidades e com informação similar sobre a mesma**

entidade para outro período ou para outra data.

QC21. Comparabilidade é a característica qualitativa que permite que os usuários identifiquem e compreendam similaridades dos itens e diferenças entre eles.

Diferentemente de outras características qualitativas, a comparabilidade não está relacionada com um único item. **A comparação requer no mínimo dois itens.** Um usuário pode, por exemplo, comparar as receitas geradas em um ano com as receitas do ano atual.

Galera, cabe lembrar aqui que, segundo a Lei 6.404:

Art. 176, § 1º As demonstrações de cada exercício serão publicadas com a indicação dos valores correspondentes das demonstrações do exercício anterior.

Continuando...

QC22. Consistência, embora esteja relacionada com a comparabilidade, não significa o mesmo. **Consistência refere-se ao uso dos mesmos métodos para os mesmos itens**, tanto de um período para outro considerando a mesma entidade que reporta a informação, quanto para um único período entre entidades. **Comparabilidade é o objetivo; a consistência auxilia a alcançar esse objetivo.**

QC23. Comparabilidade não significa uniformidade. Para que a informação seja comparável, **coisas iguais precisam parecer iguais e coisas diferentes precisam parecer diferentes.** A comparabilidade da informação contábil financeira não é aprimorada ao se fazer com que coisas diferentes pareçam iguais ou ainda ao se fazer coisas iguais parecerem diferentes.

Comparabilidade	Comparação de informações com entidades similares e outros períodos da mesma entidade
	Consistência: uso dos mesmos métodos para os mesmos itens
	Comparabilidade não significa uniformidade

9.4 VERIFICABILIDADE

QC26. A verificabilidade ajuda a assegurar aos usuários que a informação representa fidedignamente o fenômeno econômico que se propõe representar. A verificabilidade significa que diferentes observadores, cômicos e independentes, podem chegar a um consenso, embora não cheguem necessariamente a um completo acordo, quanto ao retrato de uma realidade econômica em particular ser uma representação fidedigna. Informação quantificável não necessita ser um único ponto estimado

para ser verificável. Uma faixa de possíveis montantes com suas probabilidades respectivas pode também ser verificável.

Verificabilidade	Diferentes observadores podem chegar a um consenso.
------------------	---

9.5 TEMPESTIVIDADE

QC29. Tempestividade significa ter informação disponível para tomadores de decisão a tempo de poder influenciá-los em suas decisões. Em geral, a informação mais antiga é a que tem menos utilidade. Contudo, certa informação pode ter o seu atributo tempestividade prolongado após o encerramento do período contábil, em decorrência de alguns usuários, por exemplo, necessitarem identificar e avaliar tendências.

Tempestividade	Ter informação disponível a tempo de poder influenciar nas decisões
----------------	---

9.6 COMPREENSIBILIDADE

QC30. Classificar, caracterizar e apresentar a informação com clareza e concisão torna-a compreensível.

QC31. Certos fenômenos são inerentemente complexos e não podem ser facilmente compreendidos. A exclusão de informações sobre esses fenômenos dos relatórios contábil-financeiros pode tornar a informação constante em referidos relatórios mais facilmente compreendida. Contudo, referidos relatórios seriam considerados incompletos e potencialmente distorcidos (misleading).

QC32. Relatórios contábil-financeiros são elaborados para usuários que têm conhecimento razoável de negócios e de atividades econômicas e que revisem e analisem a informação diligentemente.

Por vezes, mesmo os usuários bem informados e diligentes podem sentir a necessidade de procurar ajuda de consultor para compreensão da informação sobre um fenômeno econômico complexo.

Resumindo as informações

Características qualitativas de melhoria	
Comparabilidade	Comparação de informações com entidades similares e outros períodos da mesma entidade
	Consistência: uso dos mesmos métodos para os mesmos itens
	Comparabilidade não significa uniformidade
Verificabilidade	Diferentes observadores podem chegar a um consenso.
Tempestividade	Ter informação disponível a tempo de poder influenciar nas decisões
Compreensibilidade	Classificar, caracterizar, apresentar a informação com clareza e concisão torna-a compreensível

As Características qualitativas de melhoria são **comparabilidade, verificabilidade, tempestividade e compreensibilidade**.

Comparabilidade é a característica qualitativa que permite que os usuários identifiquem e compreendam similaridades dos itens e diferenças entre eles.

A **verificabilidade** ajuda a assegurar aos usuários que a informação representa fidedignamente o fenômeno econômico que se propõe representar

Tempestividade significa ter informação disponível para tomadores de decisão a tempo de poder influenciá-los em suas decisões.

Compreensibilidade significa que a classificação, a caracterização e a apresentação da informação são feitas com clareza e concisão, tornando-a compreensível. Mas não é admissível a exclusão de informação complexa e não facilmente compreensível se isso tornar o relatório incompleto e distorcido.

As **características qualitativas de melhoria devem ser maximizadas na extensão possível**. Entretanto, as características qualitativas de melhoria, quer sejam individualmente ou em grupo, não podem tornar a informação útil se dita informação for irrelevante ou não for representação fidedigna.

Restrição de custo na elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro útil

QC35. O custo de gerar a informação é uma restrição sempre presente na entidade no processo de elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro. O processo de elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro impõe custos, sendo importante que ditos custos sejam justificados pelos benefícios gerados pela divulgação da informação. Existem variados tipos de custos e benefícios a considerar.

O custo para gerar a informação é uma restrição, que impede a geração de toda a informação considerada relevante para o usuário. Se divulgar

uma informação é mais caro do que a informação propriamente dita, pode ser que seja necessário avaliar se essa decisão é mesmo necessária para a divulgação das demonstrações contábeis. Assim, é necessária a consideração da relação custo-benefício da informação, por parte dos órgãos normatizadores e também por parte de quem elabora as demonstrações contábeis. Vamos ver como isso cai em prova?



(ESAF/Analista de Finanças e Controle/STN/2013) A empresa Patrimônio S.A. efetuou a depreciação utilizando os percentuais fiscais, ainda que soubesse que a vida econômica do bem era maior do que as taxas fiscais. A decisão foi tomada em função das dificuldades em controlar as duas depreciações, o que levaria a empresa a ter custos de controle não suportáveis pelo porte e situação financeira da empresa, inviabilizando o negócio. Referida situação

Gabarito: permite considerar a demonstração contábil fidedigna, uma vez que o custo para geração de uma informação com melhor qualidade não justificaria o benefício.

Portanto, as informações, fazendo-se uma ponderação do custo-benefício, não deixaram de ser fidedignas, haja vista que a ponderação entre a informação e o custo para se gerar essa informação deve ser levado em conta.

10 CAPÍTULO 4: ESTRUTURA CONCEITUAL PARA A ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS: TEXTO REMANESCENTE

O texto remanescente da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis anteriormente emitida não foi emendado para refletir quaisquer alterações implementadas pelo Pronunciamento Técnico CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis (a IAS 1 que o espelha foi revisada pelo IASB em 2007). O texto remanescente será atualizado quando forem revisitados conceitualmente os elementos das demonstrações contábeis e suas bases de mensuração.

Premissa subjacente

Continuidade

4.1. As demonstrações contábeis normalmente são elaboradas tendo como premissa que a entidade está em atividade (going concern assumption) e irá manter-se em operação por um futuro previsível. Desse modo, parte-se do pressuposto de que a entidade não tem a intenção, nem

tampouco a necessidade, de entrar em processo de liquidação ou de reduzir materialmente a escala de suas operações.

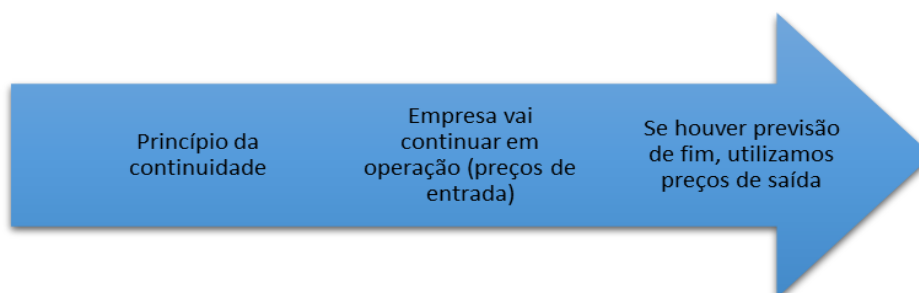
Por outro lado, se essa intenção ou necessidade existir, as demonstrações contábeis podem ter que ser elaboradas em bases diferentes e, nesse caso, a base de elaboração utilizada deve ser divulgada.

O princípio da continuidade está diretamente ligado à avaliação dos ativos e passivos da empresa.

Basicamente, todo o ativo fica registrado por valores de entrada. Por exemplo, as máquinas e equipamentos ficam registrados pelos valores que a empresa pagou, menos a depreciação acumulada e eventual ajuste para perdas. Esse critério de avaliação é válido em função da continuidade esperada da empresa. Se não houver continuidade (se a empresa for fechar as portas), aí não importa mais quanto a empresa pagou pelas máquinas; interessa saber por quanto elas serão vendidas.

Assim, na ausência de continuidade, saímos de uma contabilidade basicamente a preços de entrada para uma contabilidade a preços de saída.

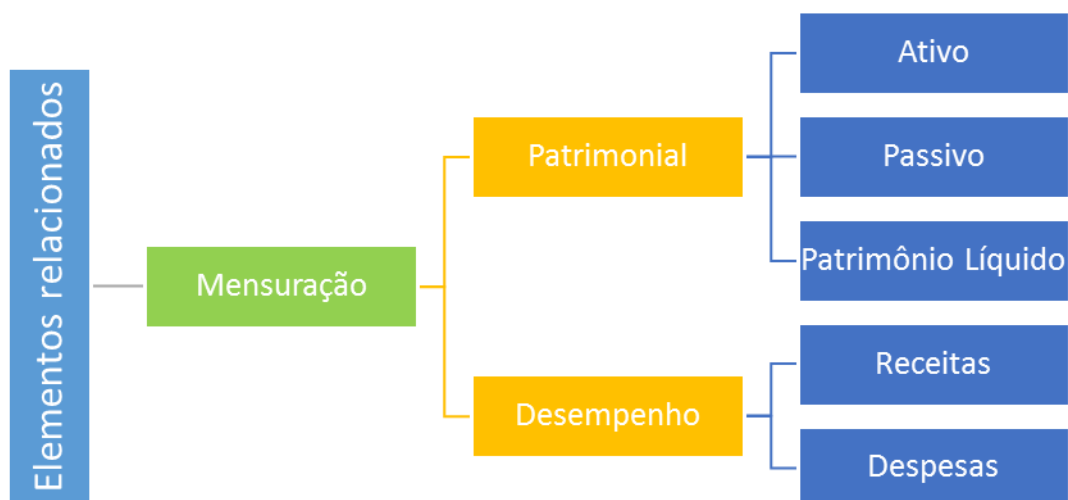
No caso do Passivo, se a empresa tiver dívidas a longo prazo e houver descontinuidade, as dívidas passar a ter vencimento antecipado (ninguém vai ficar com dívidas de uma empresa fechada; se houver falência, os credores irão se habilitar junto à massa falida, enfim, vão tomar as providências necessárias para receber a dívida).



11 ELEMENTOS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

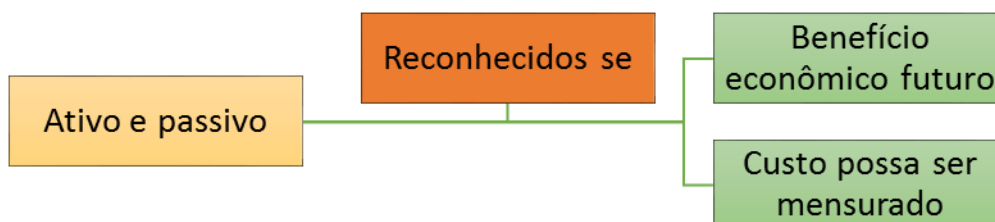
Os elementos diretamente relacionados à mensuração da posição patrimonial e financeira no balanço são os ativos, os passivos e o patrimônio líquido.

Os elementos diretamente relacionados com a mensuração do desempenho na demonstração do resultado são as receitas e as despesas.



Segundo o item 4.38 do Pronunciamento, um item que se enquadre na definição de um elemento (ativo ou passivo) deve ser reconhecido se:

- a) for provável que algum benefício econômico futuro associado ao item flua para a entidade ou flua da entidade; e
- b) o item tiver custo ou valor que possa ser mensurado com confiabilidade.



12 POSIÇÃO PATRIMONIAL E FINANCEIRA

As definições que se apresentam a seguir são, indubitavelmente, as mais importantes (desta aula) para a prova. Portanto, tratem de entendê-las e decorá-las.

Importantíssimo:

4.4. Os elementos diretamente relacionados com a mensuração da posição patrimonial financeira são ativos, passivos e patrimônio líquido. Estes são definidos como segue:

- a) Ativo é um recurso controlado pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que fluam futuros benefícios econômicos para a entidade;

- b) Passivo é uma obrigação presente da entidade, derivada de eventos passados, cuja liquidação se espera que resulte na saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos;
- c) Patrimônio Líquido é o interesse residual nos ativos da entidade depois de deduzidos todos os seus passivos.

Começamos pelo **ativo**.

Exemplificando. A empresa X comprou a mercadoria Y. Esta mercadoria atende a definição de ativo?!

Vamos ver:

- 1) É um recurso controlado pela entidade? Sim, pois ela faz o que bem entender desta mercadoria, cujo título jurídico, a propriedade, lhe pertence.
- 2) É resultado de evento passado? Sim. O evento passado é a própria compra desta mercadoria.
- 3) Se espera benefício econômico futuro? Sim. Com a venda de mercadoria, se espera que seja gerado lucro para a empresa.

Pronto! Fácil não? O CESPE já abordou este assunto da seguinte maneira:

(Contador/Ipojuca/2009) O ativo é um recurso controlado pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que resultem ou não futuros benefícios econômicos para a entidade.

O item está incorreto, posto que existe um “não” indevidamente antes de futuros benefícios econômicos.

Passivo é uma obrigação presente da entidade, derivada de eventos passados, cuja liquidação se espera que resulte em saída de recursos capazes de gerar benefícios econômicos.

Por exemplo, se temos um montante de R\$ 1.000 de salários a pagar. Vamos ver se essa conta atende a definição de passivo?

É uma obrigação presente da entidade? Sim, pois dela pode ser exigida.

É derivada de eventos já ocorridos? Sim, pois os funcionários já prestaram serviços.

A liquidação desta dívida será feita por recursos que poderiam gerar benefícios econômicos? Sim, como a conta caixa, por exemplo.

Já o patrimônio líquido pode ser encontrado pela diferença entre o ativo e o passivo de uma entidade. O PL é nada mais que o capital próprio empregado nas atividades empresariais.

Da equação básica da contabilidade temos que:

Patrimônio Líquido = Ativo – Passivo Exigível

12.1 ATIVOS

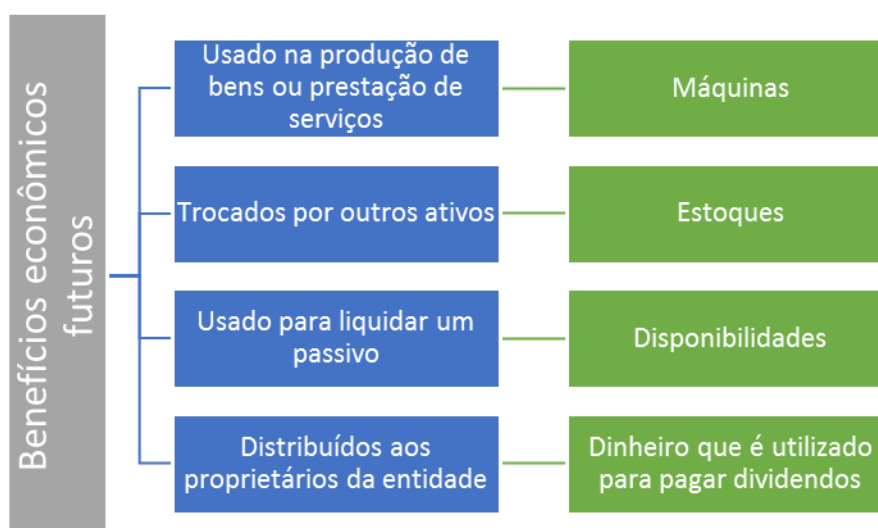
Falemos os principais tópicos a serem levados para a prova sobre cada um dos grupos patrimoniais.

4.8. O benefício econômico futuro incorporado em um ativo é o seu potencial em contribuir, direta ou indiretamente, para o fluxo de caixa ou equivalentes de caixa para a entidade (...).

4.10. Os benefícios econômicos futuros incorporados a um ativo podem fluir para a entidade de diversas maneiras. Por exemplo, um ativo pode ser:

- a) usado isoladamente ou em conjunto com outros ativos na produção de bens ou na prestação de serviços a serem vendidos pela entidade;
- b) trocado por outros ativos;
- c) usado para liquidar um passivo; ou
- d) distribuído aos proprietários da entidade.

Benefícios econômicos futuros de um ativo!



Muito importante:

Muitos ativos, por exemplo, máquinas e equipamentos industriais, têm uma substância física. Entretanto, **substância física não é essencial à existência**

de um ativo; dessa forma, as patentes e direitos autorais, por exemplo, são ativos, desde que deles sejam esperados benefícios econômicos futuros para a entidade e que eles sejam por ela controlados.

Muitos ativos, por exemplo, contas a receber e imóveis, estão ligados a direitos legais, inclusive o direito de propriedade. **Ao determinar a existência de um ativo, o direito de propriedade não é essencial**; assim, por exemplo, um imóvel objeto de arrendamento é um ativo, desde que a entidade controle os benefícios econômicos provenientes da propriedade.

Os ativos de uma entidade resultam de transações passadas ou outros eventos passados. **As entidades normalmente obtêm ativos comprando-os ou produzindo-os, mas outras transações ou eventos podem gerar ativos; por exemplo: um imóvel recebido do governo como parte de um programa para fomentar o crescimento econômico da região onde se localiza a entidade ou a descoberta de jazidas minerais.** Transações ou eventos previstos para ocorrer no futuro não podem resultar, por si mesmos, no reconhecimento de ativos; por isso, por exemplo, a intenção de adquirir estoques não atende, por si só, à definição de um ativo.

Há uma forte associação entre incorrer em gastos e gerar ativos, mas ambas as atividades não necessariamente coincidem entre si. Assim, o fato de uma entidade ter incorrido num gasto pode fornecer evidência da sua busca por futuros benefícios econômicos, mas não é prova conclusiva de que a definição de ativo tenha sido obtida. Da mesma forma, a ausência de um gasto não impede que um item satisfaça a definição de ativo e se qualifique para reconhecimento no balanço patrimonial; por exemplo, itens que foram doados à entidade podem satisfazer a definição de ativo.

Resumindo:

- **Substância física não é essencial para um ativo.**
 - **Direito de propriedade não é essencial para um ativo.**
 - **Os ativos não necessariamente são comprados ou produzidos.**
- Exemplo: terreno recebido em subvenção.**
- **Não há correlação necessária entre gerar gastos e gerar um ativo.**

12.2 PASSIVOS

4.15. Uma **característica essencial para a existência de um passivo é que a entidade tenha uma obrigação presente**. Uma obrigação é um dever ou responsabilidade de agir ou fazer de uma certa maneira. As obrigações podem ser legalmente exigíveis em consequência de um contrato ou de requisitos estatutários. Esse é normalmente o caso, por exemplo, das contas a pagar por mercadorias e serviços recebidos. Obrigações surgem também de práticas usuais de negócios, usos e costumes e o desejo de manter boas relações

comerciais ou agir de maneira equitativa. Se, por exemplo, uma entidade decide, por uma questão de política mercadológica ou de imagem, retificar defeitos em seus produtos, mesmo quando tais defeitos tenham se tornado conhecidos depois que expirou o período da garantia, as importâncias que espera gastar com os produtos já vendidos constituem-se passivos.

4.17. A liquidação de uma obrigação presente geralmente implica na utilização, pela entidade, de recursos incorporados de benefícios econômicos a fim de satisfazer o direito da outra parte. A extinção de uma obrigação presente pode ocorrer de diversas maneiras, por exemplo, por meio de:

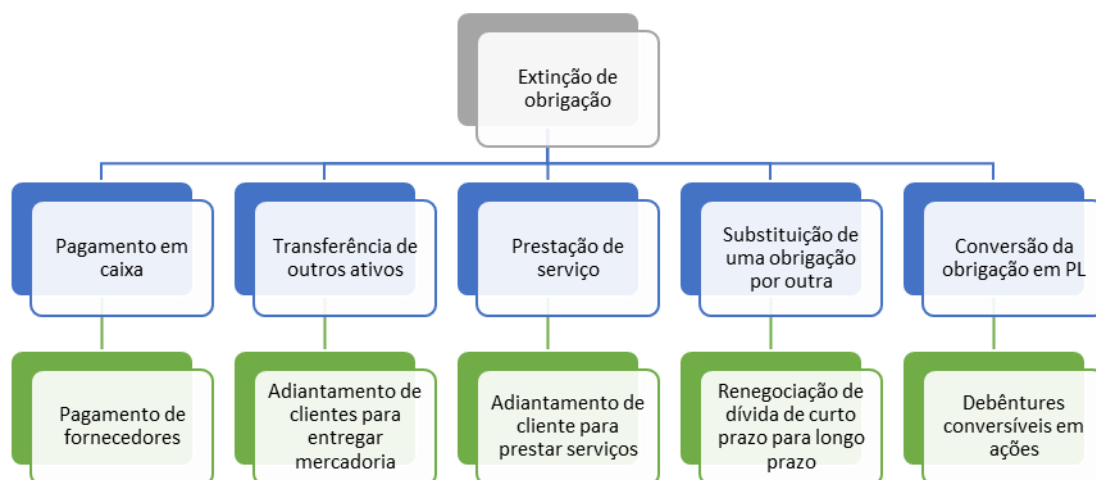
- a) pagamento em caixa;
- b) transferência de outros ativos;
- c) prestação de serviços;
- d) substituição da obrigação por outra; ou
- e) conversão da obrigação em item do patrimônio líquido.

Uma obrigação pode também ser extinta por outros meios, tais como pela renúncia do credor ou pela perda dos seus direitos creditícios.

O item 4.15 diz que é um requisito para a existência de um passivo a chamada obrigação presente.

Essa obrigação pode ser legalmente exigível, quando decorre de contrato ou lei, ou pode ser decorrente de um compromisso que a entidade firma com seus clientes, decorrente de usos, costumes. O próprio CPC traz um exemplo, que é o caso de a empresa decidir trocar os produtos com defeitos mesmo após o período de garantir.

Extinção da obrigação no CPC 00 e exemplos!



Atenção! Um passivo pode ser extinto também caso haja renúncia do credor.

12.3 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Dissemos por aqui que o Patrimônio Líquido representa nada mais do que o capital próprio empregado nas atividades empresariais pelos sócios e os resultados auferidos com a exploração dos negócios pela empresa (lucro ou prejuízo).

Pois bem, tal como o ativo e o passivo exigível, o patrimônio líquido também é subdividido. Atualmente, o PL compõe-se dos seguintes grupos:

- 1) Capital social;
- 2) Reservas de capital;
- 3) Ajustes de avaliação patrimonial;
- 4) Reservas de lucros;
- 5) Ações em tesouraria; e
- 6) Prejuízos acumulados (Veja que a lei não fala em lucros acumulados).

Grave-se a estrutura do PL:

Patrimônio Líquido	
Antes Lei 11.638/07	Após Lei 11.638/07 e lei 11.941/09
Capital Social	Capital Social
(-) Capital a Realizar	(-) Capital a Realizar
Reserva de Lucro	Reserva de Lucro
Reserva de Capital	Reserva de Capital
Reserva de Reavaliação	Ajuste de Avaliação Patrimonial
+ - Lucro ou Prejuízo Acumulado	(-) Prejuízo Acumulado
(-) Ações em Tesouraria	(-) Ações em Tesouraria

4.20. Embora o patrimônio líquido seja definido no item 4.4 como algo residual, ele pode ter subclassificações no balanço patrimonial. Por exemplo, na sociedade por ações, recursos aportados pelos sócios, reservas resultantes de retenções de lucros e reservas representando ajustes para manutenção do capital podem ser demonstrados separadamente. Tais classificações podem ser importantes para a tomada de decisão dos usuários das demonstrações contábeis quando indicarem restrições legais ou de outra natureza sobre a capacidade que a entidade tem de distribuir ou aplicar de outra forma os seus recursos patrimoniais. Podem também refletir o fato de que determinadas partes com direito de propriedades sobre a entidade têm direitos diferentes em relação ao recebimento de dividendos ou reembolso de capital.

4.21. A **constituição de reservas é, às vezes, exigida pelo estatuto ou por lei para dar à entidade e seus credores uma margem maior de proteção contra os efeitos de prejuízos**. Outras reservas podem ser constituídas em atendimento a leis que concedem isenções ou reduções nos impostos a pagar quando são feitas transferências para tais reservas. A existência e o tamanho de tais reservas legais, estatutárias e fiscais representam informações que podem ser importantes para a tomada de decisão dos usuários. As transferências para tais reservas são apropriações de lucros acumulados, portanto, não constituem despesas.

4.22. O montante pelo qual o patrimônio líquido é apresentado no balanço patrimonial depende da mensuração dos ativos e passivos. Normalmente, o **valor do patrimônio líquido somente por coincidência corresponde ao valor de mercado agregado das ações da entidade ou da soma que poderia ser obtida pela venda dos seus ativos líquidos numa base de item-por-item**, ou da entidade como um todo, tomando por base a premissa da continuidade (going concern basis).

Pessoal, é muito importante que vocês saibam que o patrimônio líquido não necessariamente corresponde ao valor de mercado (valor justo) da entidade, já que existe o que nós chamamos no direito empresarial de aviamento, ou seja, o todo, o conjunto, as perspectivas da empresa valem mais do que a simples soma dos seus componentes patrimoniais.

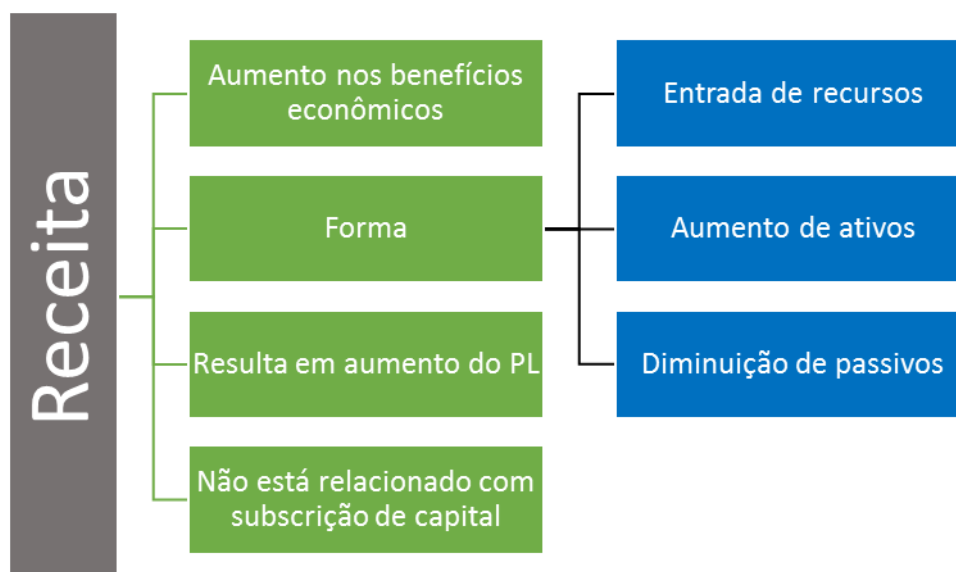
12.4 DESEMPENHO

Importantíssimo

4.25. Os elementos de receitas e despesas são definidos como segue:

- a) Receitas são aumentos nos benefícios econômicos durante o período contábil sob a forma de entrada de recursos ou aumento de ativos ou diminuição de passivos, que resultam em aumentos do patrimônio líquido e que não estejam relacionados com a contribuição dos detentores dos instrumentos patrimoniais;
- b) Despesas são decréscimos nos benefícios econômicos durante o período contábil, sob a forma de saída de recursos ou redução de ativos ou assunção de passivos, que resultam em decréscimo do patrimônio líquido e que não estejam relacionados com distribuição aos detentores dos instrumentos patrimoniais.

Conceito de receita – CPC 00:



Essas definições são essenciais. As bancas adoram cobrar esse tipo de conceito! As receitas e despesas podem ser apresentadas na demonstração do resultado de diferentes maneiras, de modo que prestem informações relevantes para a tomada de decisões. Por exemplo, é prática comum distinguir entre receitas e despesas que surgem no curso das atividades usuais da entidade e as demais.

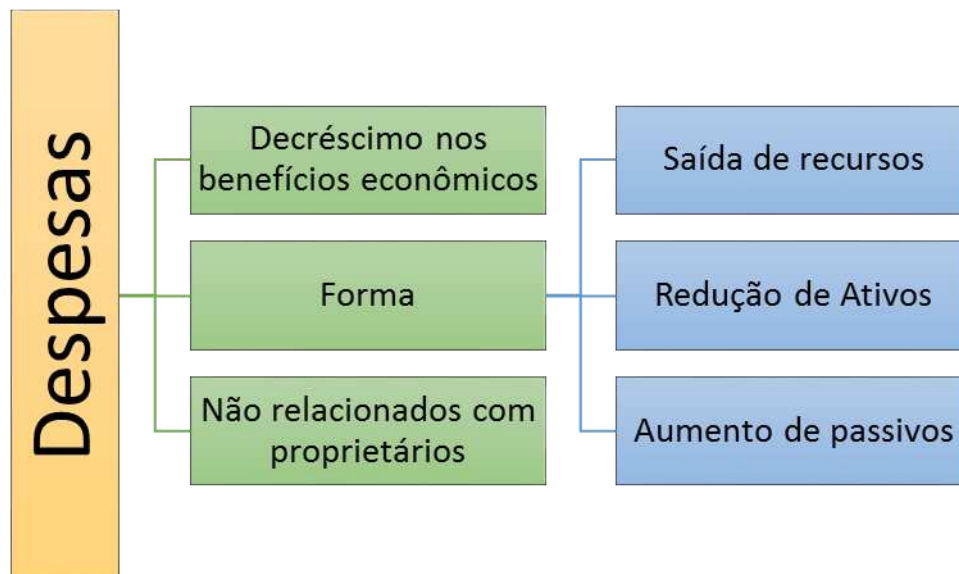
Essa distinção é feita porque a fonte de uma receita é relevante na avaliação da capacidade que a entidade tenha de gerar caixa ou equivalentes de caixa no futuro; por exemplo, receitas oriundas de atividades eventuais como a venda de um investimento de longo prazo normalmente não se repetem numa base regular. Nessa distinção, deve-se levar em conta a natureza da entidade e suas operações. Itens que resultam das atividades ordinárias de uma entidade podem ser incomuns em outras entidades.

12.5 RECEITAS

4.29. A definição de receita abrange tanto receitas propriamente ditas como ganhos. A receita surge no curso das atividades usuais de uma entidade e é designada por uma variedade de nomes, tais como vendas, honorários, juros, dividendos, royalties e aluguéis.

Como exemplo de ganho temos a venda de um ativo imobilizado da empresa. Como exemplo de receita propriamente dita, temos a venda de mercadorias.

12.6 DESPESAS



4.33. A definição de despesas abrange tanto as perdas quanto as despesas propriamente ditas que surgem no curso das atividades usuais da entidade. As despesas que surgem no curso das atividades usuais da entidade incluem, por exemplo, o custo das vendas, salários e depreciação. Geralmente, tomam a forma desembolso ou redução de ativos como caixa e equivalentes de caixa, estoques e ativo imobilizado.

Perdas incluem, por exemplo, as que resultam de sinistros como incêndio e inundações, assim como as que decorrem da venda de ativos imobilizados.

13 RECONHECIMENTO DOS ELEMENTOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

13.1 RECONHECIMENTO DE ATIVOS

4.44. Um ativo deve ser reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que benefícios econômicos futuros dele provenientes fluirão para a entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com confiabilidade.

Gravem! São dois os **requisitos para que um ativo seja reconhecido no balanço**:

- 1) Probabilidade de geração de benefícios futuros.**
- 2) Custo ou valor pode ser determinado para a entidade.**

Por exemplo, ao comprar uma máquina para produção na empresa. É provável que haja geração de benefícios futuros?! Sim! Pela produção de mercadorias.

O custo dessa máquina pode ser estimado com segurança? Desde que haja uma nota fiscal de compra e a escrita regular, poderemos tranquilamente. Portanto, os critérios para reconhecimento estão satisfeitos.

Diferente é a conta de luz de uma empresa. Não há geração de benefícios futuros, embora o custo possa ser estimado com segurança. Neste caso, não há que se falar em reconhecimento de um ativo.

13.2 RECONHECIMENTO DE PASSIVOS

4.46. Um passivo deve ser reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que uma saída de recursos detentores de benefícios econômicos seja exigida em liquidação de obrigação presente e o valor pelo qual essa liquidação se dará puder ser mensurado com confiabilidade.

Uma obrigação com fornecedores, por exemplo, gerará saída de recursos envolvendo benefícios econômicos? Sim, o dinheiro do caixa (este caixa é um benefício econômico da empresa).

Esta mesma obrigação pode ser estimada com segurança? Geralmente, esperamos que sim.

Portanto, satisfeitos os requisitos para reconhecimento de um passivo.

13.3 RECONHECIMENTO DE RECEITAS E DESPESAS

4.47. A receita deve ser reconhecida na demonstração do resultado quando resultar em aumento nos benefícios econômicos futuros relacionado com aumento de ativo ou com diminuição de passivo, e puder ser mensurado com confiabilidade. Isso significa, na prática, que o reconhecimento da receita ocorre simultaneamente com o reconhecimento do aumento nos ativos ou da diminuição nos passivos (por exemplo, o aumento líquido nos ativos originado da venda de bens e serviços ou o decréscimo do passivo originado do perdão de dívida a ser paga).

A venda de mercadorias, por exemplo, gera uma receita, pelo seguinte lançamento:

D – Caixa	10.000,00
C – Receita de vendas	10.000,00

O reconhecimento de uma receita ocorreu, conforme diz a norma, com o aumento de um ativo (o dinheiro que entrou em caixa).

Uma receita pode ter origem também com a diminuição de um passivo.

Explique-se. Temos uma dívida no valor de R\$ 100.000,00 com a Fazenda Estadual. Todavia, pagando no tempo X, receberemos um desconto de 10%.

Caso efetuemos o pagamento antes dessa data, lançaremos:

D – ICMS a pagar 100.000,00
C – Caixa 90.000,00
C – Descontos obtidos 10.000,00

A conta descontos obtidos é uma receita a ser lançada na demonstração do resultado do exercício.

Falemos agora das despesas.

4.49. As despesas devem ser reconhecidas na demonstração do resultado quando resultarem em decréscimo nos benefícios econômicos futuros, relacionado com o decréscimo de um ativo ou o aumento de um passivo, e puder ser mensurado com confiabilidade. Isso significa, na prática, que o reconhecimento da despesa ocorre simultaneamente com o reconhecimento de aumento nos passivos ou de diminuição nos ativos (por exemplo, a alocação por competência de obrigações trabalhistas ou da depreciação de equipamento).

No reconhecimento da depreciação de um ativo imobilizado, lançaremos:

D – Despesa com depreciação (resultado)
C – Depreciação acumulada (reduzora do ativo)

Esta é a hipótese de reconhecimento de uma despesa com diminuição do ativo. Alternativa e mais comumente, temos o aumento do passivo como contrapartida, como no caso de provisão para salários a pagar, reconhecimento de tributos devidos, provisão para férias, 13º, entre outros.

14 MENSURAÇÃO DOS ELEMENTOS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Mensuração é o processo que consiste em determinar os valores pelos quais os elementos das demonstrações contábeis devem ser reconhecidos e apresentados no balanço patrimonial e na demonstração do resultado. Esse processo envolve a seleção de uma base específica de mensuração.

4.55. Um número variado de bases de mensuração é empregado em diferentes graus e em variadas combinações nas demonstrações contábeis. Essas bases incluem o que segue:

(a) **Custo histórico.** Os ativos são registrados pelos montantes pagos em caixa ou equivalentes de caixa ou pelo valor justo dos recursos entregues para adquiri-los na data da aquisição. Os passivos são registrados pelos montantes

dos recursos recebidos em troca da obrigação ou, em algumas circunstâncias (como, por exemplo, imposto de renda), pelos montantes em caixa ou equivalentes de caixa se espera serão necessários para liquidar o passivo no curso normal das operações.

(b) **Custo corrente.** Os ativos são mantidos pelos montantes em caixa ou equivalentes de caixa que teriam de ser pagos se esses mesmos ativos ou ativos equivalentes fossem adquiridos na data do balanço. Os passivos são reconhecidos pelos montantes em caixa ou equivalentes de caixa, não descontados, que se espera seriam necessários para liquidar a obrigação na data do balanço.

(c) **Valor realizável** (valor de realização ou de liquidação). Os ativos são mantidos pelos montantes em caixa ou equivalentes de caixa que poderiam ser obtidos pela sua venda em forma ordenada. Os passivos são mantidos pelos seus montantes de liquidação, isto é, pelos montantes em caixa ou equivalentes de caixa, não descontados, que se espera serão pagos para liquidar as correspondentes obrigações no curso normal das operações.

(d) **Valor presente.** Os ativos são mantidos pelo valor presente, descontado, dos fluxos futuros de entradas líquidas de caixa que se espera seja gerado pelo item no curso normal das operações. Os passivos são mantidos pelo valor presente, descontado, dos fluxos futuros de saídas líquidas de caixa que se espera serão necessários para liquidar o passivo no curso normal das operações.

A base de mensuração mais comumente adotada pelas entidades na preparação de suas demonstrações contábeis é o custo histórico.

Ele é normalmente combinado com outras bases de avaliação. Por exemplo, os estoques são geralmente mantidos pelo menor valor entre o custo e o valor líquido de realização, os títulos e ações negociáveis podem em determinadas circunstâncias ser mantidos a valor de mercado e os passivos decorrentes de pensões são mantidos pelo valor presente de tais benefícios no futuro. Além disso, em algumas circunstâncias entidades usam a base de custo corrente como uma resposta à incapacidade do modelo contábil de custo histórico enfrentar os efeitos das mudanças de preços dos ativos não-monetários.

Vamos exemplificar, utilizando-nos de todos os conceitos que a norma trouxe ao seu item 4.55.

Suponha que a mercadoria x tenha sido adquirida, **a prazo**, por R\$ 100,00, na data de 28 de agosto, mas à data do balanço patrimonial, em 31 de dezembro, valesse R\$ 90,00, pudesse ser vendida para terceiros hoje, em 28 de agosto, por R\$ 95,00. Caso a mercadoria não fosse comprada a prazo, pagaríamos por

ela o montante de R\$ 80,00, ou seja, há R\$ 20,00 de juros embutido na operação.

Ache os valores de custo histórico, corrente, valor realizável líquido e valor presente.

O custo histórico é o valor pelo qual a mercadoria foi adquirida, ou seja, R\$ 100,00.

O custo corrente é o valor que pagaríamos por essa mercadoria à data do balanço, isto é, R\$ 90,00.

O valor realizável líquido é o valor pelo qual este produto pode ser vendido a terceiros, que, no caso, é R\$ 95,00.

O valor presente é o valor que eu pagaria por esta mercadoria hoje livre de juros, isto é R\$ 80,00.

Tá ok?! É só isso. Vamos fazer aqui em pequeno adendo, trazendo um trecho da aula de princípios de contabilidade para que o assunto fique mais claro.

14.1 PRINCÍPIO DO REGISTRO PELO VALOR ORIGINAL

Segundo a Resolução 750/93 do CFC:

Art. 7º O Princípio do Registro pelo Valor Original determina que os componentes do patrimônio devem ser **inicialmente registrados pelos valores originais das transações**, expressos em moeda nacional.

Os fatos contábeis serão registrados pelo seu valor original. Exemplo: Se compramos um carro por R\$ 30.000,00, esse é o valor que deverá constar no registro inicial na contabilidade, o chamado **custo histórico**.

§ 1º As seguintes bases de mensuração devem ser utilizadas em graus distintos e combinadas, ao longo do tempo, de diferentes formas:

I – **Custo histórico**. Os ativos são registrados pelos valores pagos ou a serem pagos em caixa ou equivalentes de caixa **ou pelo valor justo** dos recursos que são entregues para adquiri-los na data da aquisição. Os passivos são registrados pelos valores dos recursos que foram recebidos em troca da obrigação ou, em algumas circunstâncias, pelos valores em caixa ou equivalentes de caixa, os quais serão necessários para liquidar o passivo no curso normal das operações; e

Atentem-se! O custo histórico (inicial) pode ser tanto o valor pago ou a ser pago, como também o valor justo (valor de mercado) dos recursos que são entregues. Depende de como será registrado o item.

Custo histórico	
Ativo	Valor pago
	Valor a ser pago
	Valor justo ("valor de mercado")
Passivo	Valor recebido em troca da obrigação
	Valor necessário para liquidar o passivo

Exemplifiquemos. Compramos um veículo por R\$ 30.000,00. Este é o custo histórico, pois é o valor pago (em caixa) para aquisição deste ativo. Se adquirimos mercadorias, por R\$ 50.000,00, este é o nosso custo histórico, pois é o quanto será necessário para liquidar este passivo no curso normal das operações (o quanto sairá do caixa). Todavia, estes valores podem sofrer variações. São as chamadas variações do custo histórico a que o CFC 750 alude no item II a seguir. São variações do custo histórico: **custo corrente, valor realizável, valor presente, valor justo e atualização monetária.**

Atenção! Cada tipo de ativo/passivo estará sujeito a uma ou mais espécies de variações, mas não necessariamente todas. Isso será estudado com maior profundidade ao longo do curso. Mas é essencial que fique claro desde já. Por exemplo, o veículo adquirido acima está sujeito ao teste de recuperabilidade (previsto no artigo 183, §3º da Lei 6.404/76 e regulamentando no CPC 01). Se, ao longo da vida útil, percebermos que não recuperaremos com este veículo o valor pelo qual ele está registrado (valor recuperável), mas somente R\$ 25.000,00, faremos um ajuste em seu custo histórico, para adequá-lo ao valor recuperável. Vocês não precisam, neste momento, se preocupar em entender o valor recuperável propriamente dito. Apenas entender que pode haver uma ou mais variações do custo histórico. Não trabalhamos, neste caso, com o conceito de valor presente, valor justo, atualização monetária e custo corrente. A este caso aplicou-se tão-somente o ajuste a valor recuperável. É essencial que isso fique claro.

II – Variação do custo histórico. Uma vez integrado ao patrimônio, os componentes patrimoniais, ativos e passivos, podem sofrer variações decorrentes dos seguintes fatores:

a) **Custo corrente.** Os ativos são reconhecidos pelos valores em caixa ou equivalentes de caixa, os quais teriam de ser pagos se esses ativos ou ativos equivalentes fossem adquiridos na **data ou no período das demonstrações contábeis**. Os passivos são reconhecidos pelos valores em caixa ou equivalentes de caixa, não descontados, que seriam necessários para liquidar a obrigação na data ou no período das demonstrações contábeis;

Custo corrente	
Ativo	Valor a ser pago na data das demonstrações
Passivo	Valor para liquidar a obrigação na data das demonstrações

O que vem a ser o custo corrente? Vejamos.

Os estoques são contabilizados pelo valor de compra (valor original). Depois, devem ser avaliados pela regra **custo ou mercado, dos dois o menor**. Atualmente, o “valor de mercado” é chamado de “valor justo”. Então agora temos **custo ou valor justo, dos dois o menor**.

Pois bem. Imagine-se que uma empresa comprou matéria prima, digamos, comprou ácido sulfônico para usar em alguns produtos químicos.

Chegado a época de fechar o balanço, a empresa ainda tem ácido sulfônico em estoque.

O que seria o valor justo para o ácido sulfônico?

Se a empresa não costuma vender esse material, não podemos usar o valor que a empresa conseguiria numa eventual venda de ácido sulfônico. Se ela não tem tradição, não fabrica ácido sulfônico, não conhece ou não tem relacionamento comercial com possíveis compradores desse produto, então o preço que ela poderia estimar numa eventual venda não é o valor justo (provavelmente seria menor que o valor justo).

Assim, para as matérias primas, o valor justo é o valor que a empresa iria gastar para comprar o produto dos fabricantes/vendedores de ácido sulfônico.

Veja o texto da lei 6404/76:

§ 1º Para efeitos do disposto neste artigo, considera-se valor justo: (Redação dada pela Lei nº 11.941, de 2009)

a) das matérias-primas e dos bens em almoxarifado, o preço pelo qual possam ser repostos, mediante compra no mercado;

O que isso tem a ver com o custo corrente?

Veja a definição de custo corrente: os ativos são reconhecidos pelos valores em caixa ou equivalentes de caixa, os quais teriam de ser pagos se esses ativos ou ativos equivalentes fossem adquiridos na data ou no período das demonstrações contábeis.

Ou seja, o custo corrente é o custo de reposição, ou melhor, o valor que a empresa pagaria hoje pela matéria prima, se fosse comprá-la.

Os estoques destinados à venda (estoques de produtos acabados) só podem gerar dinheiro (futuros benefícios econômicos) para a empresa com a venda.

No caso de matéria prima, elas podem ser vendidas **ou** podem ser usadas na fabricação de produtos acabados.

Vamos voltar ao exemplo do ácido sulfônico: se o valor do estoque for de R\$ 10.000, e o custo corrente (custo de reposição, o preço que vai custar para comprar mais ácido sulfônico) cair e for de R\$ 9.500, em princípio, deveríamos reconhecer uma perda (debita “despesa com perda em estoque – resultado” e credita “ajuste para perdas prováveis em estoque – retificadora do ativo”).

Mas se os produtos nos quais o ácido sulfônico não tiver queda de preço, então não há perda.

É semelhante ao teste de recuperabilidade, temos o valor realizável líquido (no caso é o custo corrente) e o valor em uso (referente ao uso da matéria prima para fabricar os produtos acabados).

b) **Valor realizável.** Os ativos são mantidos pelos valores em caixa ou equivalentes de caixa, os quais poderiam ser obtidos pela **venda em uma forma ordenada**. Os passivos são mantidos pelos valores em caixa e equivalentes de caixa, não descontados, que se espera seriam pagos para liquidar as correspondentes obrigações no **curso normal das operações da Entidade**;

Valor realizável	
Ativo	Valor obtido em uma venda de forma ordenada
Passivo	Valor pago para liquidar obrigação no curso normal do negócio

Suponha que a empresa Alfa tenha mercadorias registradas por R\$ 100,00. O CPC 16, que trata sobre estoques, prescreve:

9. Os estoques objeto deste Pronunciamento devem ser mensurados pelo valor de custo ou pelo valor realizável líquido, dos dois o menor.

O próprio CPC traz uma noção do que diz ser valor realizável:

Valor realizável líquido é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios deduzido dos custos estimados para sua conclusão e dos gastos estimados necessários para se concretizar a venda.

Se, por exemplo, este estoque só puder ser vendido por R\$ 90,00, com despesas de vendas de R\$ 5,00, nosso valor realizável líquido será, portanto, de R\$ 85,00.

c) **Valor presente.** Os ativos são mantidos pelo valor presente, **descontado** do fluxo futuro de entrada líquida de caixa que se espera seja gerado pelo item no curso normal das operações da Entidade. Os passivos são mantidos pelo valor presente, descontado do fluxo futuro de saída líquida de caixa que se espera seja necessário para liquidar o passivo no curso normal das operações da Entidade;

Em lição comezinha, valor presente, como o próprio nome sugere, é quanto vale **hoje** um ativo ou passivo pertencente à empresa. O ajuste a valor presente está previsto na Lei 6.404/76 para ativos e passivos de longo prazo e para os de curto prazo (estes apenas quando houver efeito relevante) – artigo 183, VIII e artigo 184, III, do seguinte modo:

Art. 183. No balanço, os elementos do ativo serão avaliados segundo os seguintes critérios:

VIII – os elementos do ativo decorrentes de operações de longo prazo serão ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

Art. 184. No balanço, os elementos do passivo serão avaliados de acordo com os seguintes critérios:

III – as obrigações, os encargos e os riscos classificados no passivo não circulante serão ajustados ao seu valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

Se tenho um ativo de longo prazo, uma duplicata a receber, por exemplo, no valor de R\$ 200.000,00, com juros sobre este valor de R\$ 50.000,00. Qual o seu valor presente? É no valor de R\$ 150.000,00.

d) **Valor justo.** É o valor pelo qual um ativo pode ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras, dispostas a isso, em uma transação sem favorecimentos; e

Valor justo	
Ativo	Ativo pode ser trocado em transação sem favorecimentos
Passivo	Passivo pode ser liquidado em transação sem favorecimentos

Valor justo de um ativo é o valor pelo qual um ativo pode ser negociado entre partes interessadas, conhecedoras do negócio e independentes entre si, com ausência de fatores que pressionem para a liquidação da transação ou que caracterizem uma transação compulsória. A norma diz a palavra “trocado”. Lembre-se, contudo, que essa troca do ativo pode ser realizada entre ativo x

dinheiro, o que configuraria uma venda. Geralmente esse valor justo vai corresponder ao valor de mercado. Uma pessoa quer comprar algo, procura alguém que tenha esse algo e tenha também interesse na venda, fecham um negócio naturalmente, sem influências um sobre o outro. Esse é o valor justo.

Segundo a Lei 6.404/76:

Art. 183. No balanço, os elementos do ativo serão avaliados segundo os seguintes critérios:

I - as aplicações em instrumentos financeiros, inclusive derivativos, e em direitos e títulos de créditos, classificados no ativo circulante ou no realizável a longo prazo:

a) pelo seu **valor justo**, quando se tratar de aplicações destinadas à negociação ou disponíveis para venda;

Gravem essa sutil **diferença entre custo corrente, valor realizável e valor justo**:

Custo corrente	• Valor na data das demonstrações contábeis
Valor realizável	• Valor específico para a entidade
Valor justo	• Valor de mercado "geral"

Observação: nós fizemos um vídeo e disponibilizamos no **YouTube** que discrimina bem essa diferença entre os itens. Você pode assistir [clcando aqui!](#)

Por fim, vejamos a atualização monetária:

e) **Atualização monetária.** Os efeitos da alteração do poder aquisitivo da moeda nacional devem ser reconhecidos nos registros contábeis mediante o ajustamento da expressão formal dos valores dos componentes patrimoniais.

§ 2º São resultantes da adoção da atualização monetária:

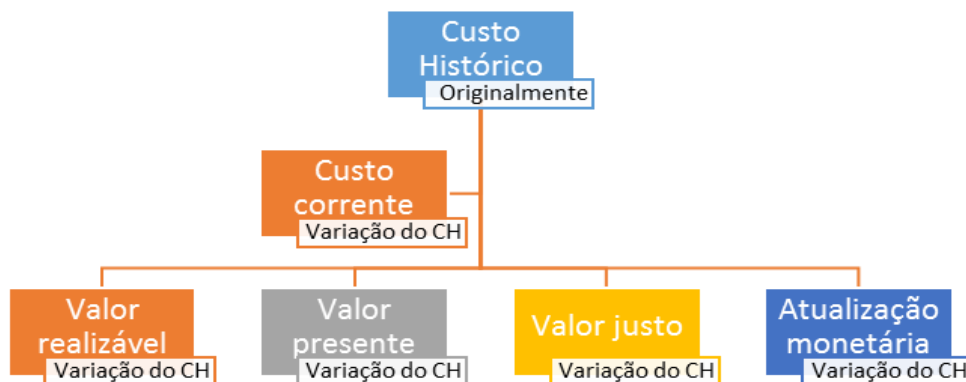
I – a moeda, embora aceita universalmente como medida de valor, não representa unidade constante em termos do poder aquisitivo;

II – para que a avaliação do patrimônio possa manter os valores das transações originais, é necessário atualizar sua expressão formal em moeda nacional, a fim de que permaneçam substantivamente corretos os valores dos componentes patrimoniais e, por consequência, o do Patrimônio Líquido; e

III – a atualização monetária não representa nova avaliação, mas tão somente o ajustamento dos valores originais para determinada data, mediante a

aplicação de indexadores ou outros elementos aptos a traduzir a variação do poder aquisitivo da moeda nacional em um dado período. (Redação dada pela Resolução CFC nº. 1.282/10)

O princípio da atualização monetária continua com o mesmo teor do que prescrevia a Resolução 750/93 antes do CFC 1.282/10. O que houve foi a mudança de posicionamento, tornando-se “espécie” do genérico princípio do Registro pelo Valor Original.



15 MANUTENÇÃO DO CAPITAL FÍSICO E FINANCEIRO

O conceito financeiro de capital é adotado pela maioria das entidades na preparação de suas demonstrações contábeis. De acordo com o conceito financeiro de capital, tal como o dinheiro investido ou o seu poder de compra investido, o capital é sinônimo de ativo líquido ou patrimônio líquido da entidade. Por outro lado, segundo o conceito físico de capital, o capital é considerado como a capacidade produtiva da entidade baseada, por exemplo, nas unidades de produção diária.

- **Capital Financeiro → Ativo líquido ou patrimônio líquido.**
- **Capital Físico → Capacidade produtiva da entidade.**

A seleção do conceito de capital apropriado para a entidade deve estar baseada nas **necessidades dos usuários** das demonstrações contábeis.

Assim, o conceito de **capital financeiro** deve ser adotado se os usuários das demonstrações contábeis estiverem primariamente interessados na **manutenção do capital nominal investido ou no poder de compra do capital investido**.

Se, contudo, a principal preocupação dos usuários for com a **capacidade operacional da entidade**, o **conceito de capital físico deve ser adotado**. O conceito escolhido indica o objetivo a ser alcançado na determinação do lucro,

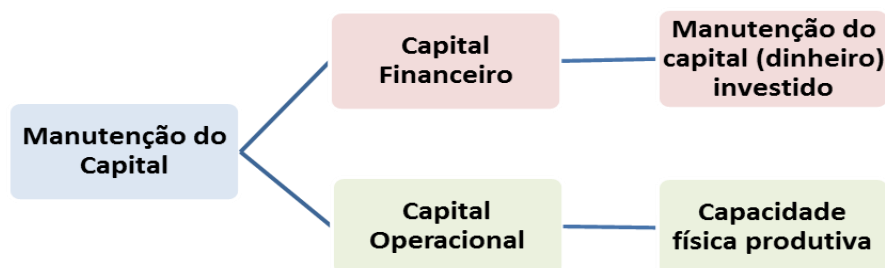
mesmo que possa haver algumas dificuldades de mensuração ao tornar operacional o conceito.

Destas definições, o Pronunciamento CPC 00 conclui que:

4.59. Os conceitos de capital mencionados no item 4.57 dão origem aos seguintes conceitos de manutenção de capital:

(a) **Manutenção do capital financeiro.** De acordo com esse conceito, o lucro é considerado auferido somente se o montante financeiro (ou dinheiro) dos ativos líquidos no fim do período exceder o seu montante financeiro (ou dinheiro) no começo do período, depois de excluídas quaisquer distribuições aos proprietários e seus aportes de capital durante o período. A manutenção do capital financeiro pode ser medida em qualquer unidade monetária nominal ou em unidades de poder aquisitivo constante.

(b) **Manutenção do capital físico.** De acordo com esse conceito, o lucro é considerado auferido somente se a capacidade física produtiva (ou capacidade operacional) da entidade (ou os recursos ou fundos necessários para atingir essa capacidade) no fim do período exceder a capacidade física produtiva no início do período, depois de excluídas quaisquer distribuições aos proprietários e seus aportes de capital durante o período.



O conceito de manutenção de capital está relacionado com a forma pela qual a entidade define o capital que ela procura manter. Ele representa um elo entre os conceitos de capital e os conceitos de lucro, pois fornece um ponto de referência para medição do lucro; é uma condição essencial para distinção entre o retorno sobre o capital da entidade e a recuperação do capital.

Dessa forma, somente os ingressos de ativos que excedam os montantes necessários para manutenção do capital podem ser considerados como lucro e, portanto, como retorno sobre o capital.

Portanto, o lucro é o montante remanescente depois que as despesas (inclusive os ajustes de manutenção do capital, quando for apropriado) tiverem sido deduzidas do resultado. Se as despesas excederem as receitas, o montante residual será um prejuízo.

Vejamos uma questão discursiva da Cespe

Prova Discursiva:

(CESPE/TCE-PR/Analista-Área Contábil/2016) Tendo em vista que, de acordo com a deliberação CVM n. 675/2011, a seleção do conceito de capital determina o modelo contábil a ser utilizado na elaboração das demonstrações contábeis, redija um texto dissertativo que responda aos seguintes questionamentos.

- 1) Quando a entidade deve utilizar o conceito de capital físico para determinar seu modelo contábil?
- 2) Quando a entidade deve utilizar o conceito de capital financeiro para determinar seu modelo contábil?

Padrão de resposta:

O conceito de capital físico é utilizado quando a entidade necessita conhecer sua capacidade operacional. Por isso, é indicado para o controle gerencial e para a tomada de decisões internas.

No caso do conceito de capital financeiro, o capital é visto como sinônimo de patrimônio líquido. Assim, o modelo contábil apoiado neste conceito é adequado aos usuários externos, principalmente, aos acionistas.



(FCC/2009/TJ-SE) Considere:

- I – Todos os bens adquiridos pela empresa devem ser registrados no balanço patrimonial, nos grupos de ativos.
- II – As despesas devem ser reconhecidas no resultado da empresa, considerando-se a sua associação direta com a receita gerada.
- III – O conceito físico de manutenção de capital pressupõe a manutenção dos montantes financeiros dos ativos líquidos existentes no início do período e no final do período do Balanço Patrimonial.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I.
- (B) I e II.

- (C) I e III.
- (D) II.
- (E) III.

Comentários:

Análise das alternativas:

I. Alternativa INCORRETA.

Conforme o Pronunciamento Técnico 00 do CPC,

4.38. Um item que se enquadre na definição de um elemento deve ser reconhecido se:

- (a) for provável que algum benefício econômico futuro associado ao item flua para a entidade ou flua da entidade; e
- (b) o item tiver custo ou valor que possa ser mensurado com confiabilidade.

Assim, não são todos os bens adquiridos que devem ser registrados como ativo, mas apenas os que atenderem às condições acima.

II. Alternativa CORRETA.

4.50. **As despesas devem ser reconhecidas na demonstração do resultado com base na associação direta entre elas e os correspondentes itens de receita.** Esse processo, usualmente chamado de confrontação entre despesas e receitas (regime de competência), envolve o reconhecimento simultâneo ou combinado das receitas e despesas que resultem diretamente ou conjuntamente das mesmas transações ou outros eventos. Por exemplo, os vários componentes de despesas que integram o custo das mercadorias vendidas devem ser reconhecidos no mesmo momento em que a receita derivada da venda das mercadorias é reconhecida. Contudo, a aplicação do conceito de confrontação, de acordo com esta Estrutura Conceitual, não autoriza o reconhecimento de itens no balanço patrimonial que não satisfaçam à definição de ativos ou passivos.

III. Alternativa INCORRETA.

4.59. Os conceitos de capital mencionados no item 4.57 dão origem aos seguintes conceitos de manutenção de capital:

- (a) Manutenção do capital financeiro. De acordo com esse conceito, o lucro é considerado auferido somente se o montante financeiro (ou dinheiro) dos ativos líquidos no fim do período exceder o seu montante financeiro (ou dinheiro) no começo do período, depois de excluídas quaisquer distribuições aos

proprietários e seus aportes de capital durante o período. A manutenção do capital financeiro pode ser medida em qualquer unidade monetária nominal ou em unidades de poder aquisitivo constante.

(b) Manutenção do capital físico. De acordo com esse conceito, o lucro é considerado auferido somente se a capacidade física produtiva (ou capacidade operacional) da entidade (ou os recursos ou fundos necessários para atingir essa capacidade) no fim do período exceder a capacidade física produtiva no início do período, depois de excluídas quaisquer distribuições aos proprietários e seus aportes de capital durante o período.

Para entender melhor:

O conceito de manutenção do capital físico era muito importante na época da inflação alta. Vejamos um exemplo numérico bem simples para apresentar o conceito:

Suponha que uma determinada empresa seja constituída com 10.000 de Capital Social, para comercializar, digamos, televisores. O capital social foi integralizado em dinheiro. No primeiro mês, a empresa compra um televisor de 4.000 reais.

Balanco inicial:

Ativo

Caixa	6.000
Estoque	4.000

Patrimônio Líquido

Capital Social	10.000
----------------	--------

Durante o mês, a empresa vende o televisor que tinha em estoque por 5.000 à vista. Quando vai comprar outra unidade do mesmo televisor, o preço subiu para 5.800.

Balanco no final do mês:

Ativo

Caixa	5.200
Estoque	5.800

Patrimônio Líquido

Capital Social	10.000
----------------	--------

Resultado do exercício 1.000

Demonstração do Resultado:

Venda	5.000
CMV	(4.000)
Lucro Bruto	1.000

Sob a ótica de manutenção do capital financeiro, a empresa apurou um lucro de 1.000.

Seu ativo, que era de 10.000, passou para 11.000. Este resultado bate com o lucro contábil, que também foi de 1.000. Entretanto, se considerarmos a manutenção do capital físico, o resultado muda radicalmente, e apuramos um prejuízo de 800 reais.

No início do mês, a empresa possuía um televisor e 6.000 em caixa. No final do mês, após a venda e a compra de nova unidade, a empresa possui um televisor em estoque e 5.200 em caixa. Encontra-se, portanto, em situação pior que no início do mês.

Em outras palavras: se a empresa não realizasse nenhuma operação, estaria em melhor situação no final do mês.

Isto ocorreu porque, no nosso exemplo, a empresa vendeu por 5.000 estoques que foram repostos por 5.800, gerando um prejuízo de 800.

Naturalmente, com inflação baixa, não deve ocorrer nenhuma mudança de preço tão drástica, mas o conceito de manutenção do capital físico permanece.

Gabarito → D.

16 RESUMO: ESTRUTURA CONCEITUAL BÁSICA DA CONTABILIDADE

As demonstrações contábeis são preparadas para usuários externos em geral.

As características qualitativas foram divididas em dois grupos:

- 1) Características qualitativas fundamentais
 - 1.1 - relevância
 - 1.2 - representação fidedigna
- 2) Características qualitativas de melhoria
 - 2.1 - comparabilidade
 - 2.2 - verificabilidade
 - 2.3 - tempestividade

2.4 – compreensibilidade

Características qualitativas **fundamentais (relevância e representação fidedigna)**.

Características qualitativas **de melhoria (comparabilidade, verificabilidade, tempestividade e compreensibilidade)**.

Relevância: Informação contábil-financeira relevante é aquela capaz de **fazer diferença nas decisões** que possam ser tomadas pelos usuários.

Representação Fidedigna: Para ser representação perfeitamente fidedigna, a realidade retratada precisa ter três atributos. Ela tem que ser **completa, neutra e livre de erro**.

Completa: a informação deve conter o necessário para que o usuário compreenda o fenômeno sendo retratado.

Neutra: deve estar livre de viés na seleção ou na apresentação, não podendo ser distorcida para mais ou para menos.

Livre de erros: não significa total exatidão, mas sim que o processo para obtenção da informação tenha sido selecionado e aplicado livre de erros.

Comparabilidade: é a característica qualitativa que permite que os usuários identifiquem e compreendam similaridades dos itens e diferenças entre eles.

Consistência: embora esteja relacionada com a comparabilidade, não significa o mesmo. **Consistência refere-se ao uso dos mesmos métodos para os mesmos itens**, tanto de um período para outro considerando a mesma entidade que reporta a informação, quanto para um único período entre entidades. **Comparabilidade é o objetivo; a consistência auxilia a alcançar esse objetivo.**

Verificabilidade - ajuda a assegurar aos usuários que a informação representa fidedignamente o fenômeno econômico que se propõe representar.

Tempestividade: significa ter informação disponível para tomadores de decisão a tempo de poder influenciá-los em suas decisões.

Um item que se enquadre na definição de um elemento (ativo ou passivo) deve ser reconhecido se:

- a) for provável que algum benefício econômico futuro associado ao item flua para a entidade ou flua da entidade; e
- b) o item tiver custo ou valor que possa ser mensurado com confiabilidade.

Ativo é um recurso controlado pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que fluam futuros benefícios econômicos para a entidade;

Passivo é uma obrigação presente da entidade, derivada de eventos passados, cuja liquidação se espera que resulte na saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos;

Patrimônio Líquido é o interesse residual nos ativos da entidade depois de deduzidos todos os seus passivos.

Receitas são aumentos nos benefícios econômicos durante o período contábil sob a forma de entrada de recursos ou aumento de ativos ou diminuição de passivos, que resultam em aumentos do patrimônio líquido e que não estejam relacionados com a contribuição dos detentores dos instrumentos patrimoniais;

Despesas são decréscimos nos benefícios econômicos durante o período contábil, sob a forma de saída de recursos ou redução de ativos ou assunção de passivos, que resultam em decréscimo do patrimônio líquido e que não estejam relacionados com distribuição aos detentores dos instrumentos patrimoniais.

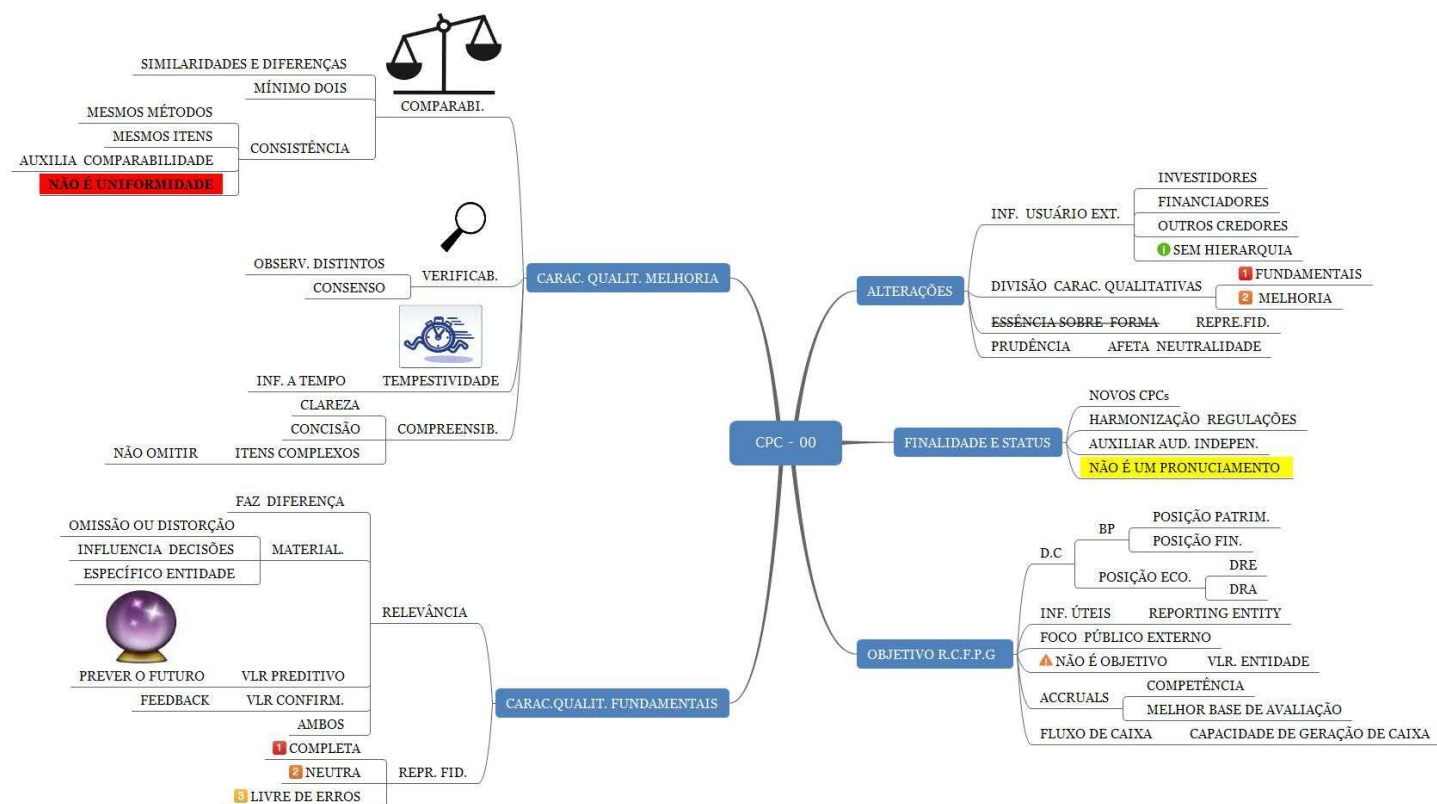
Manutenção do capital financeiro. De acordo com esse conceito, o lucro é considerado auferido somente se o montante financeiro (ou dinheiro) dos ativos líquidos no fim do período exceder o seu montante financeiro (ou dinheiro) no começo do período, depois de excluídas quaisquer distribuições aos proprietários e seus aportes de capital durante o período. A manutenção do capital financeiro pode ser medida em qualquer unidade monetária nominal ou em unidades de poder aquisitivo constante.

Manutenção do capital físico. De acordo com esse conceito, o lucro é considerado auferido somente se a capacidade física produtiva (ou capacidade operacional) da entidade (ou os recursos ou fundos necessários para atingir essa capacidade) no fim do período exceder a capacidade física produtiva no início do período, depois de excluídas quaisquer distribuições aos proprietários e seus aportes de capital durante o período.

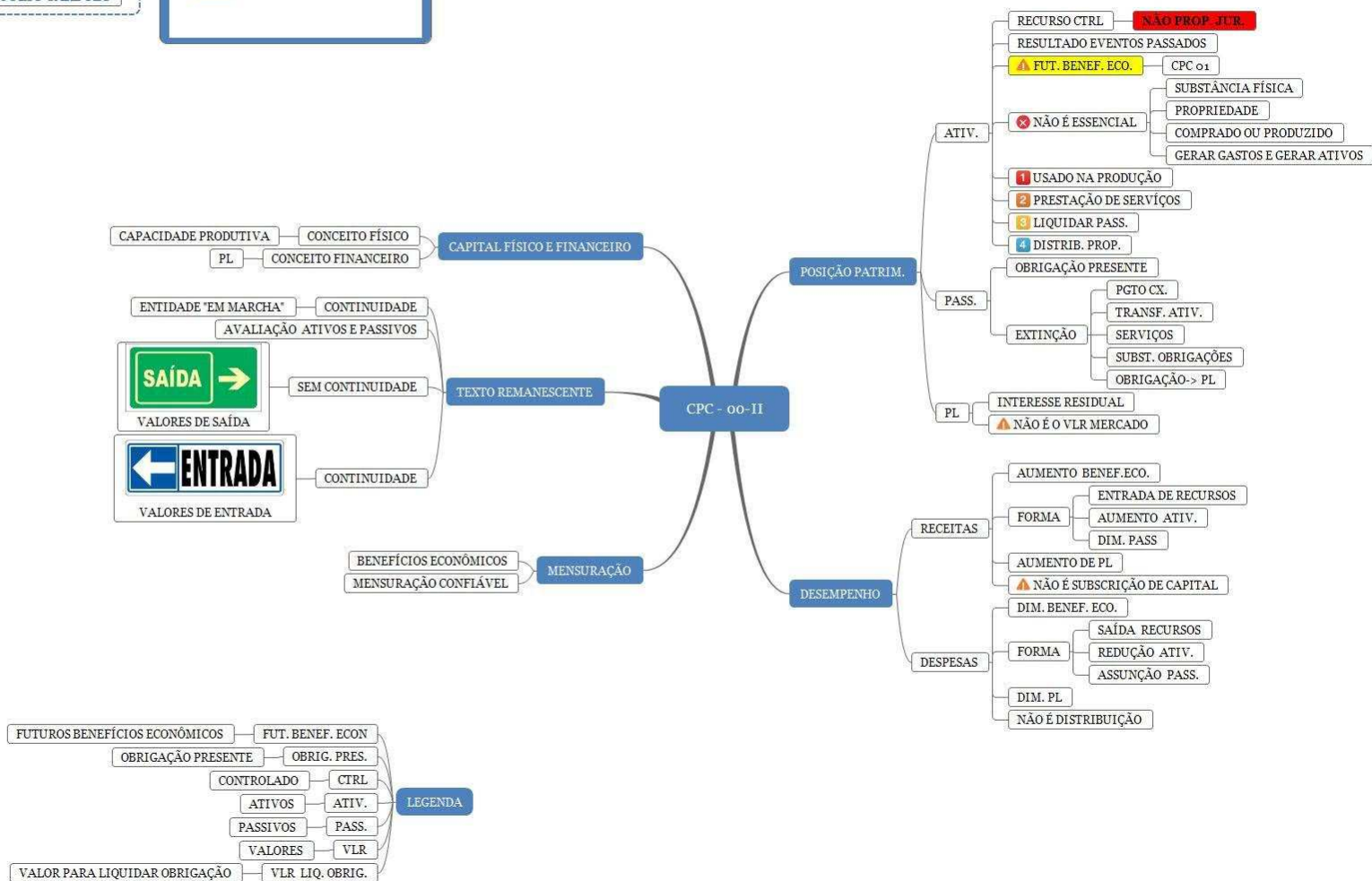
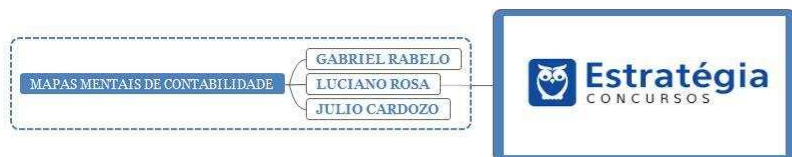
Compreensibilidade: significa que a classificação, a caracterização e a apresentação da informação são feitas com clareza e concisão, tornando-a compreensível. Mas não é admissível a exclusão de informação complexa e não facilmente compreensível se isso tornar o relatório incompleto e distorcido.

Restrição de custo: O custo para gerar a informação é uma restrição, que impede a geração de toda a informação considerada relevante para o usuário.

17 MAPAS MENTAIS DESTA AULA (*ELABORADOS PELO PROFESSOR JULIO CARDOZO)



CONTABILIDADE GERAL PARA AFT – AULA 12
PROFS. GABRIEL RABELO/LUCIANO ROSA/JULIO CARDOZO



18 QUESTÕES COMENTADAS

1. **(CESPE/Auditor de Controle Externo/TCE/SC/2016)** O público-alvo dos relatórios contábil-financeiros de propósito geral são, primariamente, os órgãos reguladores.

Comentários:

Item incorreto.

Trecho do nosso curso: "O primeiro aspecto importante que devemos compreender é que as **demonstrações contábeis são preparadas para usuários externos em geral**. Embora alguns órgãos do governo, fiscos, entre outros, determinem o cumprimento de certas exigências, isso não tem o condão de retirar o público a quem se dirige as demonstrações contábeis preparadas sob a égide da Estrutura Conceitual Básica: **usuários externos em geral**. "

"Outras partes interessadas, como, por exemplo, órgãos reguladores e membros do público que não sejam investidores, credores por empréstimo e outros credores, podem do mesmo modo achar úteis relatórios contábil-financeiros de propósito geral. Contudo, esses relatórios não são direcionados primariamente a esses outros grupos".

Item incorreto.

Gabarito → Errado.

2. **(CESPE/PF/Contabilidade/2014)** Com relação aos pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), julgue o item a seguir.

A intenção ou necessidade de uma entidade entrar em processo de liquidação não é condição suficiente para que suas demonstrações contábeis sejam elaboradas em bases distintas das utilizadas pelas entidades que têm a continuidade como premissa.

Comentário:

De acordo com o CPC 00:

Continuidade

4.1. As demonstrações contábeis normalmente são elaboradas tendo como premissa que a entidade está em atividade (going concern assumption) e irá manter-se em operação por um futuro previsível. Desse modo, parte-se do pressuposto de que a entidade não tem a intenção, nem tampouco a

necessidade, de entrar em processo de liquidação ou de reduzir materialmente a escala de suas operações.

Por outro lado, **se essa intenção ou necessidade existir, as demonstrações contábeis podem ter que ser elaboradas em bases diferentes** e, nesse caso, a base de elaboração utilizada deve ser divulgada.

Gabarito → Errado.

3. **(CESPE/PF/Contabilidade/2014)** Com relação aos pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), julgue o item a seguir.

Para ser enquadrado na definição de ativo, um recurso precisa ser controlado pela entidade em decorrência de eventos passados e ser capaz de gerar benefícios econômicos futuros.

Comentário:

Questão literal do pronunciamento CPC 00:

Ativo é um recurso controlado pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que resultem futuros benefícios econômicos para a entidade.

Gabarito → Correto.

4. **(CESPE/MPU/Atuarial/2015)** Julgue o item seguinte, acerca dos componentes patrimoniais, suas características e contabilização.

Segundo a atual perspectiva contábil, o patrimônio líquido representa o valor justo econômico mínimo de uma empresa, caso os seus sócios desejem comercializá-la sem sofrer perda econômica.

Comentário:

Segundo o Pronunciamento CPC 00 – Estrutura básica Conceitual, o Patrimônio Líquido é o interesse residual nos ativos da entidade depois de deduzidos todos os seus passivos.

Ou seja, o patrimônio líquido pode ser encontrado pela diferença entre o ativo e o passivo de uma entidade. O PL é nada mais que o capital próprio empregado nas atividades empresariais.

Mas o PL é avaliado pelo valor contábil, e não pelo valor justo. Por exemplo, uma empresa pode ter um veículo com valor contábil de \$10.000 e que vale, no mercado, \$15.000.

Nesse exemplo, o valor contábil de \$10.000 é menor que o valor justo, de \$15.000.

Assim, está errada a afirmação de que o “patrimônio líquido representa o valor justo econômico mínimo de uma empresa”.

Gabarito → Errado

5. **(CESPE/PF/Contabilidade/2015)** Julgue o item seguinte, acerca dos componentes patrimoniais, suas características e contabilização.

O benefício econômico futuro de um componente patrimonial é o pressuposto primordial para que esse componente seja contabilizado como ativo.

Comentário:

Segundo o CPC 00:

Ativo é um recurso controlado pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que resultem futuros benefícios econômicos para a entidade.

Vamos analisar rapidamente:

Ativo:

1) **Recurso controlado pela entidade:** o controle, e não a propriedade jurídica, é determinante para a definição do ativo. Assim, o arrendamento financeiro, no qual os bens pertencem ao arrendador, mas ficam sob controle do arrendatário, devem ser contabilizados como ativo.

2) **Como resultado de eventos passados:** O ativo é resultado de algo que já ocorreu. Ou seja, a intenção de comprar estoques, ou de vender estoques com lucro, não atende à definição de ativo.

3) **E do qual se espera que resultem futuros benefícios econômicos para a entidade:** Essa é a parte mais importante para caracterizar um item como ativo. Não basta controlar ou construir um bem. Não basta já ter efetuado alguma ação passada, como a compra de um equipamento. Para caracterizar um ativo, é necessário que o bem resulte em futuros benefícios econômicos para a empresa. O teste de recuperabilidade destina-se a comprovar que os ativos irão gerar benefícios futuros (pelo uso ou pela venda) em valor superior ao seu registro contábil. Do contrário, ajusta-se o valor do ativo.

Gabarito → Correto

6. **(CESPE/MPU/Atuarial/2015)** Julgue o item seguinte, acerca dos componentes patrimoniais, suas características e contabilização.

Um passivo é uma obrigação presente advinda de eventos passados. Sua liquidação resulta, necessariamente, na saída de recursos financeiros capazes de gerar benefícios econômicos.

Comentário:

O Passivo costuma ser definido como “as obrigações da empresa para com terceiros”. O pronunciamento CPC 00, por seu turno, fornece a seguinte definição:

Passivo é uma obrigação presente da entidade, derivada de eventos já ocorridos, cuja liquidação se espera que resulte em saída de recursos capazes de gerar benefícios econômicos.

Passivo:

1) **Obrigação presente da entidade:** Gastos previstos e/ou esperados não constituem passivos. Por exemplo, se uma empresa de aviação tem a previsão de trocar os motores de uma aeronave dentro de 2 anos, ao custo de R\$200.000,00, isto não constitui um passivo, pois não é obrigação presente. Dentro de dois anos, a empresa pode vender o avião e não realizar a troca dos motores.

2) **Derivada de eventos já ocorridos:** eventos futuros não constituem passivo. Ainda que o pagamento seja feito em data posterior, o evento que origina o passivo já deve ter ocorrido.

3) **Cuja liquidação se espera que resulte em saída de recursos capazes de gerar benefícios econômicos:** O passivo deverá ser liquidado com recursos capazes de gerar benefícios econômicos.

Lembra da definição de Ativo? Pois é, os recursos capazes de gerar benefícios econômicos são os ativos da empresa. Assim, o Passivo será liquidado através da entrega de ativos (dinheiro, duplicatas a receber, outros bens ou mercadorias, etc.). A maneira mais comum é através do pagamento do passivo em dinheiro. Mas também pode ocorrer a liquidação de um passivo com a entrega de mercadoria, ou de qualquer outro ativo.

Eventualmente, o Passivo pode ser liquidado sem a saída de Ativos, como por exemplo na remissão (renúncia do credor) ou na prescrição (perda do direito do credor). Nesse caso, a liquidação do passivo ocorre sem a saída de recursos capazes de gerar benefícios econômicos.

Assim, está errada a afirmação da questão de que “Sua liquidação resulta, necessariamente, na saída de recursos financeiros capazes de gerar benefícios econômicos.”

Gabarito → Errado

7. **(CESPE/MPU/Atuarial/2015)** Julgue o item seguinte, acerca dos componentes patrimoniais, suas características e contabilização.

As despesas configuram perdas nos benefícios econômicos de uma entidade, sob a forma de redução de ativos ou acréscimo de passivos, não estando relacionadas a distribuição de recursos a sócios/acionistas.

Comentário:

Segundo o pronunciamento CPC 00, a **definição de despesas abrange tanto as perdas quanto as despesas propriamente ditas que surgem no curso das atividades usuais da entidade**. As despesas que surgem no curso das atividades usuais da entidade incluem, por exemplo, o custo das vendas, salários e depreciação. Geralmente, tomam a forma desembolso ou redução de ativos como caixa e equivalentes de caixa, estoques e ativo imobilizado.

As despesas devem ser reconhecidas na demonstração do resultado quando resultarem em **decréscimo nos benefícios econômicos futuros, relacionado com o decréscimo de um ativo ou o aumento de um passivo**, e puder ser mensurado com confiabilidade. Isso significa, na prática, que o reconhecimento da despesa ocorre simultaneamente com o reconhecimento de aumento nos passivos ou de diminuição nos ativos (por exemplo, a alocação por competência de obrigações trabalhistas ou da depreciação de equipamento).

Finalmente, a distribuição de recursos a sócios/acionistas é a remuneração do capital investido pelos sócios/acionistas, e não despesas.

Gabarito → Correto.

8. **(CESPE/Auditor Federal de Controle Externo/TCU/2013)** A característica qualitativa da comparabilidade é obtida quando são usados os mesmos métodos para os mesmos itens, pressupondo-se que as características qualitativas de melhoria tenham sido satisfeitas.

Comentários:

Segundo o CPC 00:

QC22. Consistência, embora esteja relacionada com a comparabilidade, não significa o mesmo. Consistência refere-se ao uso dos mesmos métodos para os mesmos itens, tanto de um período para outro considerando a mesma entidade que reporta a informação, quanto para um único período entre entidades. Comparabilidade é o objetivo; a consistência auxilia a alcançar esse objetivo.

Gabarito → Errado.

9. (adaptada) São usuários das demonstrações contábeis citados na sua estrutura conceitual: investidores existentes e em potencial; credores por empréstimos; e outros credores.

Comentário:

Mais uma questão literal, confira:

OB2. O objetivo do relatório contábil-financeiro de propósito geral é fornecer informações contábil-financeiras acerca da entidade que reporta essa informação (reporting entity) que sejam úteis a investidores existentes e em potencial, a credores por empréstimos e a outros credores, quando da tomada decisão ligada ao fornecimento de recursos para a entidade. Essas decisões envolvem comprar, vender ou manter participações em instrumentos patrimoniais e em instrumentos de dívida, e a oferecer ou disponibilizar empréstimos ou outras formas de crédito.

Gabarito → Certo

10. O objetivo das demonstrações contábeis da entidade é fornecer informações acerca da sua posição patrimonial e financeira, que sejam úteis aos usuários em suas avaliações e tomadas de decisão econômica. As demonstrações contábeis não permitem medir o desempenho nem as mudanças na posição financeira da entidade.

Comentário:

Podemos dividir essa assertiva em duas partes:

“O objetivo das demonstrações contábeis da entidade é fornecer informações acerca da sua posição patrimonial e financeira, que sejam úteis aos usuários em suas avaliações e tomadas de decisão econômica.”

Esta primeira parte está correta. Confira o texto do CPC 00 (R1)

OB2. O objetivo do relatório contábil-financeiro de propósito geral é fornecer informações contábil-financeiras acerca da entidade que reporta essa informação (reporting entity) que sejam úteis a investidores existentes e em

potencial, a credores por empréstimos e a outros credores, quando da tomada decisão **(sic)** ligada ao fornecimento de recursos para a entidade.

“As demonstrações contábeis não permitem medir o desempenho nem as mudanças na posição financeira da entidade.”

Esta parte está **ERRADA**. As demonstrações contábeis permitem medir o desempenho e as mudanças na posição financeira da entidade, conforme o texto do pronunciamento CPC 00 (R1):

OB12. Relatórios contábil-financeiros de propósito geral **fornecem informação acerca da posição patrimonial e financeira** da entidade que reporta a informação, a qual representa informação sobre os recursos econômicos da entidade e reivindicações contra a entidade que reporta a informação. Relatórios contábil-financeiros também fornecem informação sobre os efeitos de transações e outros eventos que alteram os recursos econômicos da entidade que reporta a informação e reivindicações contra ela. Ambos os tipos de informação fornecem dados de entrada úteis para decisões ligadas ao fornecimento de recursos para a entidade.

Gabarito → Errado

11. (Secont ES – Auditor do Estado – Cespe 2009) A fim de atingir seus objetivos, as demonstrações contábeis devem ser preparadas em conformidade com o regime de caixa. Segundo esse regime, os efeitos das transações e outros eventos são reconhecidos quando são recebidos ou pagos.

Comentário:

As demonstrações contábeis devem ser preparadas de conformidade com o Princípio de Competência.

Vamos ver a literalidade do pronunciamento CPC (R1):

Performance financeira refletida pelo regime de competência (accruals)

OB17. O regime de competência retrata com propriedade os efeitos de transações e outros eventos e circunstâncias sobre os recursos econômicos e reivindicações da entidade que reporta a informação nos períodos em que ditos efeitos são produzidos, ainda que os recebimentos e pagamentos em caixa derivados ocorram em períodos distintos. Isso é importante em função de a informação sobre os recursos econômicos e reivindicações da entidade que reporta a informação, e sobre as mudanças nesses recursos econômicos e reivindicações ao longo de um período, fornecer melhor base de avaliação da performance passada e futura da entidade do que a informação puramente baseada em recebimentos e pagamentos em caixa ao longo desse mesmo período.

Gabarito → Errado

12. (CESPE/TRE - RJ/CONTADOR/2012) A estrutura conceitual estabelecida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis não constitui uma norma propriamente dita nem define normas ou procedimentos de qualquer espécie.

Comentário:

Conforme o Pronunciamento CPC 00 (R1):

Esta Estrutura Conceitual não é um Pronunciamento Técnico propriamente dito e, portanto, não define normas ou procedimentos para qualquer questão particular sobre aspectos de mensuração ou divulgação. Nada nesta Estrutura Conceitual substitui qualquer Pronunciamento Técnico, Interpretação ou Orientação.

Gabarito → Certo

(Secont ES – Auditor do Estado – Cespe 2009) Com relação ao pronunciamento conceitual básico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), anexo à Deliberação CVM n.º 539/2008, julgue os itens.

13. (Secont ES – Auditor do Estado – Cespe 2009 - adaptada) Os elementos diretamente relacionados com a mensuração da posição patrimonial e financeira são: ativos, passivos e patrimônio líquido.

Comentário:

Novamente, a Banca cobra a literalidade do pronunciamento CPC 00 (R1):

4.2 As demonstrações contábeis retratam os efeitos patrimoniais e financeiros das transações e outros eventos, por meio do grupamento dos mesmos em classes amplas de acordo com as suas características econômicas. Essas classes amplas são denominadas de elementos das demonstrações contábeis.

Os elementos diretamente relacionados à mensuração da posição patrimonial e financeira no balanço patrimonial são os ativos, os passivos e o patrimônio líquido.

Os elementos diretamente relacionados com a mensuração do desempenho na demonstração do resultado são as receitas e as despesas. A demonstração das mutações na posição financeira usualmente reflete os elementos da demonstração do resultado e as alterações nos elementos do balanço patrimonial. Assim, esta Estrutura Conceitual não identifica qualquer elemento que seja exclusivo dessa demonstração.

Gabarito → Certo

14. O benefício econômico futuro embutido em um ativo é o seu potencial de contribuir, direta ou indiretamente, para o fluxo de pagamentos ou equivalentes de caixa para a entidade.

Comentário:

Essa questão repete a tática das bancas de copiar um texto e substituir uma única palavra, para induzir os candidatos a erro. Veja o texto correto do Pronunciamento CPC 00 (R1):

Ativos

4.8. O benefício econômico futuro embutido em um ativo é o seu potencial em contribuir, direta ou indiretamente, para o fluxo de **caixa** ou equivalentes de caixa para a entidade.

Tal potencial pode ser produtivo, quando o recurso for parte integrante das atividades operacionais da entidade. Pode também ter a forma de conversibilidade em caixa ou equivalentes de caixa ou pode ainda ser capaz de reduzir as saídas de caixa, como no caso de um processo industrial alternativo que reduza os custos de produção.

Gabarito → Errado

15. Uma característica essencial com vistas à existência de um passivo é que a entidade tenha uma obrigação passada.

Comentário:

Passivo é uma **obrigação presente** da entidade, derivada de eventos passados, cuja liquidação se espera que resulte na saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos.

Gabarito → Errado

16. Receitas são aumentos nos benefícios econômicos durante o período contábil, sob a forma de entrada de recursos, de aumento de ativos ou de diminuição de passivos, que resultam em aumentos do patrimônio líquido e que não sejam provenientes de aporte dos proprietários da entidade.

Comentário:

Confira o texto do pronunciamento CPC 00 (R1):

4.25. Os elementos de receitas e despesas são definidos como segue:

(a) **receitas** são aumentos nos benefícios econômicos durante o período contábil, sob a forma da entrada de recursos ou do aumento de ativos ou diminuição de passivos, que resultam em aumentos do patrimônio líquido, e que não estejam relacionados com a contribuição dos detentores dos instrumentos patrimoniais;

(b) **despesas** são decréscimos nos benefícios econômicos durante o período contábil, sob a forma da saída de recursos ou da redução de ativos ou assunção de passivos, que resultam em decréscimo do patrimônio líquido, e que não estejam relacionados com distribuições aos detentores dos instrumentos patrimoniais.

Gabarito → Certo

17. Um passivo será reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja exigida em liquidação de uma obrigação presente e o valor dessa liquidação puder ser determinado em bases confiáveis.

Comentário:

Reconhecimento é o processo que consiste em incorporar um item ao balanço patrimonial ou à demonstração do resultado. Ou seja, “reconhecer” significa contabilizar um determinado item.

Um item que se enquadre na definição de ativo ou passivo deve ser reconhecido nas demonstrações contábeis se:

(a) for provável que algum benefício econômico futuro associado ao item flua para a entidade (no caso de Ativo) ou flua da entidade (no caso de Passivo); e

(b) o item tiver custo ou valor que possa ser mensurado com confiabilidade.

Por outro lado, “obrigação presente” consta na definição de passivo (veja novamente a questão 8 desta aula).

Gabarito → Certo

(Analista de Correios – contador – CESPE – 2011) Acerca da estrutura conceitual para elaboração e apresentação de demonstrações contábeis, conhecida como CPC 00 e recepcionada pelo Conselho Federal de Contabilidade, julgue os itens a seguir.

18. (Analista de Correios – contador – CESPE – 2011) A fim de viabilizar a compreensão das demonstrações pelo gestor e demais usuários da informação

contábil, deve-se evitar ou mesmo excluir, das demonstrações contábeis, as informações de elevada complexidade.

Comentário:

Conforme o pronunciamento CPC 00 (R1):

Compreensibilidade

QC30. Classificar, caracterizar e apresentar a informação com clareza e concisão torna-a compreensível.

QC31. Certos fenômenos são inerentemente complexos e não podem ser facilmente compreendidos. A exclusão de informações sobre esses fenômenos dos relatórios contábil-financeiros pode tornar a informação constante em referidos relatórios mais facilmente compreendida. Contudo, referidos relatórios seriam considerados incompletos e potencialmente distorcidos (*misleading*).

QC32. Relatórios contábil-financeiros são elaborados para usuários que têm conhecimento razoável de negócios e de atividades econômicas e que revisem e analisem a informação diligentemente. Por vezes, mesmo os usuários bem informados e diligentes podem sentir a necessidade de procurar ajuda de consultor para compreensão da informação sobre um fenômeno econômico complexo.

Gabarito → Errado

19. (CESPE STM – contabilidade – 2011) Para se reconhecer um passivo na estrutura patrimonial de uma empresa, deve-se atender a requisitos específicos. Assim, um passivo será reconhecido quando for provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja exigida em liquidação de uma obrigação presente e quando o valor pelo qual essa liquidação ocorrerá puder ser determinado em bases confiáveis.

Comentário:

Conforme o CPC 00 (R1)

Reconhecimento de passivos

4.46. Um passivo deve ser reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que uma saída de recursos detentores de benefícios econômicos seja exigida em liquidação de obrigação presente e o valor pelo qual essa liquidação se dará puder ser mensurado com confiabilidade.

Gabarito → Certo

20. (FCC/2009/TJ-SE) De acordo com a estrutura conceitual contábil, considere:

I. Todos os bens adquiridos pela empresa devem ser registrados no balanço patrimonial, nos grupos de ativos.

II. As despesas devem ser reconhecidas no resultado da empresa, considerando-se a sua associação direta com a receita gerada.

III. O conceito físico de manutenção de capital pressupõe a manutenção dos montantes financeiros dos ativos líquidos existentes no início do período e no final do período do Balanço Patrimonial.

Está correto o que se afirma APENAS em

(A) I.

(B) I e II.

(C) I e III.

(D) II.

(E) III.

Comentários:

Análise das alternativas:

I. Alternativa INCORRETA.

Conforme o Pronunciamento Técnico 00 do CPC, um item que se enquadre na definição de ativo ou passivo deve ser reconhecido nas demonstrações contábeis se:

(a) for provável que algum benefício econômico futuro referente ao item venha a ser recebido ou entregue pela entidade; e

(b) ele tiver um custo ou valor que possa ser medido em bases confiáveis.

Assim, não são todos os bens adquiridos que devem ser registrados como ativo, mas apenas os que atenderem às condições acima.

II. Alternativa CORRETA.

Conforme o Pronunciamento CPC 00 (R1)

4.50. As despesas devem ser reconhecidas na demonstração do resultado com base na associação direta entre elas e os correspondentes itens de receita. Esse processo, usualmente chamado de confrontação entre despesas e receitas (regime de competência), envolve o reconhecimento simultâneo ou combinado das receitas e despesas que resultem diretamente ou conjuntamente das mesmas transações ou outros eventos. Por exemplo, os vários componentes de despesas que integram o custo das mercadorias vendidas devem ser reconhecidos no mesmo momento em que a receita derivada da venda das mercadorias é reconhecida.

III. Alternativa INCORRETA.

“(a) Manutenção do capital financeiro. De acordo com esse conceito, o lucro é auferido somente se o montante financeiro (ou dinheiro) dos ativos líquidos no fim do período excede o seu montante financeiro (ou dinheiro) no começo do período, depois de excluídas quaisquer distribuições aos proprietários e seus

aportes de capital durante o período. A manutenção do capital financeiro pode ser medida em qualquer unidade monetária nominal ou em unidades de poder aquisitivo constante.

(b) Manutenção do capital físico. De acordo com esse conceito, o lucro é considerado auferido somente se a capacidade física produtiva (ou capacidade operacional) da entidade (ou os recursos ou fundos necessários para atingir essa capacidade) no fim do período excede a capacidade física produtiva no início do período, depois de excluídas quaisquer distribuições aos proprietários e seus aportes de capital durante o período” (Pronunciamento Técnico 00 R1 do CPC).

Para entender melhor:

O conceito de manutenção do capital físico era muito importante na época da inflação alta. Vamos a um exemplo numérico bem simples, para apresentar o conceito:

Suponha que uma determinada empresa seja constituída com 10.000 de Capital Social, para comercializar, digamos, televisores. O capital social foi integralizado em dinheiro. No primeiro mês, a empresa compra um televisor de 4.000 reais.

Balanco inicial:

Ativo

Caixa.....6.000

Estoque.....4.000

Capital Social.....10.000

Durante o mês, a empresa vende o televisor que tinha em estoque por 5.000 a vista. Quando vai comprar outra unidade do mesmo televisor, o preço subiu para 5.800.

Balanco no final do mês:

Caixa.....5.200

Capital Social.....10.000

Estoque.....5.800

Resultado do exercício1.000

Demonstração do Resultado:

Venda.....5.000

CMV.....(4.000)

Lucro Bruto.....1.000

Sob a ótica de manutenção do capital financeiro, a empresa apurou um lucro de 1.000.

Seu ativo, que era de 10.000, passou para 11.000. Este resultado bate com o lucro contábil, que também foi de 1.000.

Mas se considerarmos a manutenção do capital físico, o resultado muda radicalmente, e apuramos um prejuízo de 800 reais.

No início do mês, a empresa possuía um televisor e 6000 em caixa.

No final do mês, após a venda e a compra de nova unidade, a empresa possui um televisor em estoque e 5.200 em caixa. Encontra-se, portanto, em situação pior que no início do mês.

Em outras palavras: se a empresa não realizasse nenhuma operação, estaria em melhor situação no final do mês.

Isto ocorreu porque, no nosso exemplo, a empresa vendeu por 5.000 estoques que foram repostos por 5.800, gerando um prejuízo de 800.

Naturalmente, com inflação baixa, não deve ocorrer nenhuma mudança de preço tão drástica, mas o conceito de manutenção do capital físico permanece.

Gabarito → D.

21. (FCC/2009/TJ-SE) Em conformidade com o estabelecido pela Resolução CFC no 1.121/08 o conceito financeiro de manutenção do capital, no qual o capital é definido em unidades monetárias nominais, o ganho por manutenção e/ou estocagem de ativos, no período, só podem ser reconhecidos como lucro

(A) no momento em que ocorrer variação do indexador definido pelo órgão regulador.

(B) de acordo com o regime de competência, independente da transferência para terceiros.

(C) ao final de cada período verificado pela variação de um indexador definido pela entidade.

(D) no momento em que estes ativos forem efetivamente vendidos a terceiros.

(E) ao final do período examinado, se ocorrer aumento no índice geral de preços.

Comentários

Conforme o Pronunciamento Técnico 00 (R1) do CPC:

4.63. De acordo com o conceito de manutenção do capital financeiro, por meio do qual o capital é definido em termos de unidades monetárias nominais, o lucro representa o aumento do capital monetário nominal ao longo do período. Assim, os aumentos nos preços de ativos mantidos ao longo do período, convencionalmente designados como ganhos de estocagem, são, conceitualmente, lucros. Entretanto, eles podem não ser reconhecidos como tais até que os ativos sejam realizados mediante transação de troca.

Gabarito → D.

(Cespe/Embasa/2009) Acerca dos conceitos de manutenção do capital e determinação do lucro, contemplados no Pronunciamento Técnico CPC 00, julgue os itens a seguir.

22. O conceito de manutenção do capital está relacionado à forma como a entidade define o capital que ela procura manter, representando um elo entre os conceitos de capital e os conceitos de lucro.

Comentários:

Mais uma questão literal. Conforme o texto do pronunciamento CPC 00 (R1):

4.60. **O conceito de manutenção de capital está relacionado com a forma pela qual a entidade define o capital que ela procura manter. Ele representa um elo entre os conceitos de capital e os conceitos de lucro**, pois fornece um ponto de referência para medição do lucro; é uma condição essencial para distinção entre o retorno sobre o capital da entidade e a recuperação do capital; somente os ingressos de ativos que excedam os montantes necessários para manutenção do capital podem ser considerados como lucro e, portanto, como retorno sobre o capital. Portanto, o lucro é o montante remanescente depois que as despesas (inclusive os ajustes de manutenção do capital, quando for apropriado) tiverem sido deduzidas do resultado. Se as despesas excederem as receitas, o montante residual será um prejuízo.

Gabarito → Certo

23. (Cespe/Embasa/2009) O conceito financeiro de manutenção de capital requer a adoção do custo corrente como base de avaliação.

Comentários:

Conforme o pronunciamento CPC 00 (R1):

4.61. O conceito de **manutenção do capital físico** requer a adoção do **custo corrente** como base de mensuração. **O conceito de manutenção do capital financeiro, entretanto, não requer o uso de uma base específica de mensuração.** A escolha da base conforme este conceito depende do tipo de capital financeiro que a entidade está procurando manter.

Gabarito → Errado

24. O principal objetivo da contabilidade é fornecer informações úteis para auxiliar o processo decisório dos usuários.

Comentários:

Conforme o texto do pronunciamento CPC 00:

Demonstrações contábeis elaboradas dentro do que prescreve esta Estrutura Conceitual objetivam fornecer informações que sejam úteis na tomada de decisões econômicas e avaliações por parte dos usuários em geral, não tendo o

propósito de atender finalidade ou necessidade específica de determinados grupos de usuários.

Gabarito → Certo

25. (ESAF/CVM/Analista de Mercados de Capitais/2010 - adaptada) O objetivo do relatório contábil-financeiro de propósito geral é fornecer informações contábil-financeiras acerca da entidade que reporta essa informação que sejam úteis a investidores existentes e em potencial, a credores por empréstimos e a outros credores.

Comentários

Literalidade do Pronunciamento CPC 00 (R1):

OB2. O objetivo do relatório contábil-financeiro de propósito geral é fornecer informações contábil-financeiras acerca da entidade que reporta essa informação (*reporting entity*) que sejam úteis a investidores existentes e em potencial, a credores por empréstimos e a outros credores, quando da tomada decisão ligada ao fornecimento de recursos para a entidade. Essas decisões envolvem comprar, vender ou manter participações em instrumentos patrimoniais e em instrumentos de dívida, e a oferecer ou disponibilizar empréstimos ou outras formas de crédito.

Gabarito → Certo.

26. (ESAF/CVM/Analista de Mercados de Capitais/2010 - adaptada) Ativo é um recurso controlado pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que fluam futuros benefícios econômicos para a entidade.

COMENTÁRIOS

O CPC trouxe importantes definições que, além de serem levadas como conhecimento básico para o estudo da contabilidade, devem estar na ponta da língua para o concurso que vocês prestarão, são elas:

- a) Ativo: é um recurso controlado pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que fluam futuros benefícios econômicos para a entidade;
- b) Passivo: é uma obrigação presente da entidade, derivada de eventos passados, cuja liquidação se espera que resulte na saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos;
- c) Patrimônio Líquido: é o valor residual nos ativos da entidade depois de deduzidos todos os seus passivos.

Logo, o item está correto.

Gabarito → Certo

27. (ESAF/CVM/Analista de Mercados de Capitais/2010 - adaptada) Passivo é uma obrigação presente da entidade, derivada de eventos passados, cuja liquidação se espera que resulte na saída de recursos capazes de gerar benefícios econômicos para a entidade.

COMENTÁRIOS

O CPC trouxe importantes definições que, além de serem levadas como conhecimento básico para o estudo da contabilidade, devem estar na ponta da língua para o concurso que vocês prestarão, são elas:

- a) Ativo: é um recurso controlado pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que fluam futuros benefícios econômicos para a entidade;
- b) Passivo: é uma obrigação presente da entidade, derivada de eventos passados, cuja liquidação se espera que resulte na saída de recursos capazes de gerar benefícios econômicos;
- c) Patrimônio Líquido: é o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos os seus passivos.

Logo, o item está correto.

Gabarito → Certo.

28. (ESAF/CVM/Analista de Mercados de Capitais/2010 - adaptada) Patrimônio Líquido é o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos os resultados.

COMENTÁRIOS

O CPC trouxe importantes definições, as quais foram reproduzidas nas duas questões acima. Vamos examinar a definição do Patrimônio líquido:

- c) Patrimônio Líquido: é o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos os seus passivos.

Logo, o item está incorreto, uma vez que após a redução dos passivos (obrigações) e não do resultado.

Gabarito → Errado.

29. (ESAF/CVM/Analista de Mercados de Capitais/2010 - adaptada) Muitos ativos têm forma física. Entretanto, a forma física não é essencial para a existência de um ativo.

COMENTÁRIOS

A entidade geralmente usa os seus ativos na produção de mercadorias ou prestação de serviços capazes de satisfazer os desejos e necessidades dos clientes. Tendo em vista que essas mercadorias ou serviços podem atender aos seus desejos ou necessidades, os clientes se dispõem a pagar por eles e contribuir assim para o fluxo de caixa da entidade.

Muitos ativos, como, por exemplo, itens do imobilizado, têm forma física. Entretanto, a forma física não é essencial para a existência de ativo. Assim sendo, as patentes e os direitos autorais, por exemplo, são considerados ativos, caso deles sejam esperados que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e caso eles sejam por ela controlados.

Gabarito → Certo.

30. (ESAF/CVM/Analista de Mercados de Capitais/2010 - adaptada) Muitos ativos estão ligados a direitos legais, inclusive a direito de propriedade. Ao determinar a existência de um ativo, entretanto, o direito de propriedade não é essencial.

COMENTÁRIOS

Literalidade do Pronunciamento CPC 00 (R1)

4.12. Muitos ativos, como, por exemplo, contas a receber e imóveis, estão associados a direitos legais, incluindo o direito de propriedade. Ao determinar a existência do ativo, o direito de propriedade não é essencial. Assim, por exemplo, um imóvel objeto de arrendamento mercantil será um ativo, caso a entidade controle os benefícios econômicos que são esperados que fluam da propriedade. Embora a capacidade de a entidade controlar os benefícios econômicos normalmente resulte da existência de direitos legais, o item pode, contudo, satisfazer à definição de ativo mesmo quando não houver controle legal. Por exemplo, o conhecimento (*know-how*) obtido por meio da atividade de desenvolvimento de produto pode satisfazer à definição de ativo quando, mantendo esse conhecimento (*know-how*) em segredo, a entidade controlar os benefícios econômicos que são esperados que fluam desse ativo.

Gabarito → Certo.

31. (Autores) Sobre as características qualitativas da informação contábil-financeira, assinale a alternativa correta:

- A) A informação pode ter valor preditivo ou valor confirmatório, mas não os dois ao mesmo tempo.
- B) A informação contábil-financeira não tem valor preditivo, pois a contabilidade se refere a eventos passados, já ocorridos. Eventos futuros não são contabilizados.
- C) As características qualitativas fundamentais são relevância e valor confirmatório.
- D) Informação contábil-financeira relevante é aquela capaz de fazer diferença nas decisões que possam ser tomadas pelos usuários.
- E) A informação contábil-financeira tem valor preditivo se confirmar ou alterar avaliações prévias.

Comentários:

Vamos analisar as alternativas:

- A) A informação pode ter valor preditivo ou valor confirmatório, mas não os dois ao mesmo tempo.

Errada. Veja o seguinte trecho do pronunciamento CPC 00:

QC10. O valor preditivo e o valor confirmatório da informação contábil-financeira estão inter-relacionados. **A informação que tem valor preditivo muitas vezes também tem valor confirmatório.** Por exemplo, a informação sobre receita para o ano corrente, a qual pode ser utilizada como base para predizer receitas para anos futuros, também pode ser comparada com predições de receita para o ano corrente que foram feitas nos anos anteriores. Os resultados dessas comparações podem auxiliar os usuários a corrigirem e a melhorarem os processos que foram utilizados para fazer tais predições

- B) A informação contábil-financeira não tem valor preditivo, pois a contabilidade se refere a eventos passados, já ocorridos. Eventos futuros não são contabilizados.

Errada. O valor preditivo da informação não se relaciona com a contabilização de eventos futuros. Está relacionada com o fato de auxiliar os usuários a fazer predições sobre o desempenho futuro da empresa. Leia novamente a resposta à alternativa A.

- C) As características qualitativas fundamentais são relevância e valor confirmatório.

Errada. As características qualitativas fundamentais são relevância e representação fidedigna (repita 5 vezes, até memorizar).

D) Informação contábil-financeira relevante é aquela capaz de fazer diferença nas decisões que possam ser tomadas pelos usuários.

Correta. Veja trecho do pronunciamento CPC 00:

Relevância

QC6. **Informação contábil-financeira relevante é aquela capaz de fazer diferença nas decisões que possam ser tomadas pelos usuários.** A informação pode ser capaz de fazer diferença em uma decisão mesmo no caso de alguns usuários decidirem não a levar em consideração, ou já tiver tomado ciência de sua existência por outras fontes.

E) A informação contábil-financeira tem valor preditivo se confirmar ou alterar avaliações prévias.

Errada. Essa é a definição de valor confirmatório.

A informação contábil-financeira tem valor preditivo se puder ser utilizada como dado de entrada em processos empregados pelos usuários para predizer futuros resultados.

Gabarito → D

32. (Autores) Indique a alternativa que apresenta características qualitativas das demonstrações contábil-financeiras, de acordo com o CPC 00:

- A) relevância, comparabilidade, entidade
- B) Verificabilidade, competência, tempestividade
- C) representação fidedigna, tempestividade, compreensibilidade
- D) Comparabilidade, continuidade, tempestividade
- E) oportunidade, relevância, representação fidedigna

Comentários:

As características qualitativas foram divididas em dois grupos:

- 2 Características qualitativas fundamentais
 - 2.1 - relevância
 - 2.2 - representação fidedigna
- 3 Características qualitativas de melhoria
 - 2.5 - comparabilidade
 - 2.6 - verificabilidade
 - 2.7 - tempestividade
 - 2.8 - compreensibilidade

Portanto, a resposta correta é a letra C.

Entidade, competência, oportunidade e continuidade são princípios de contabilidade.

Gabarito → C

33. (Autores) Assinale a alternativa correta

A) A Estrutura Conceitual estabelece os conceitos que fundamentam a elaboração e a apresentação de demonstrações contábeis destinadas a usuários internos.

B) Se houver algum conflito entre esta Estrutura Conceitual e um Pronunciamento Técnico, uma Interpretação ou uma Orientação, deve ser seguido o que consta na Estrutura Conceitual.

C) A principal função dos Relatórios contábil-financeiros de propósito geral consiste em apurar e demonstrar o valor econômico da entidade que reporta a informação

D) Os usuários primários para quem relatórios contábil-financeiros de propósito geral são direcionados são os administradores da entidade que reporta.

E) O objetivo do relatório contábil-financeiro de propósito geral é fornecer informações contábil-financeiras acerca da entidade que reporta essa informação (*reporting entity*) que sejam úteis a investidores existentes e em potencial, a credores por empréstimos e a outros credores, quando da tomada decisão ligada ao fornecimento de recursos para a entidade.

Comentários:

Vamos analisar as alternativas:

A) A Estrutura Conceitual estabelece os conceitos que fundamentam a elaboração e a apresentação de demonstrações contábeis destinadas a usuários internos.

Errada. São destinadas a usuários **externos**.

B) Se houver algum conflito entre esta Estrutura Conceitual e um Pronunciamento Técnico, uma Interpretação ou uma Orientação, deve ser seguido o que consta na Estrutura Conceitual.

Errada. Veja trecho da resolução:

Esta Estrutura Conceitual não é um Pronunciamento Técnico propriamente dito e, portanto, não define normas ou procedimentos para qualquer questão particular sobre aspectos de mensuração ou divulgação. Nada nesta Estrutura Conceitual substitui qualquer Pronunciamento Técnico, Interpretação ou Orientação.

Pode haver um número limitado de casos em que seja observado um conflito entre esta Estrutura Conceitual e um Pronunciamento Técnico, uma Interpretação ou uma Orientação. **Nesses casos, as exigências do Pronunciamento Técnico, da Interpretação ou da Orientação específicos devem prevalecer sobre esta Estrutura Conceitual.**

C) A principal função dos Relatórios contábil-financeiros de propósito geral consiste em apurar e demonstrar o valor econômico da entidade que reporta a informação.

Errada. Conforme o pronunciamento técnico CPC 00:

OB7. Relatórios contábil-financeiros de propósito geral **não são elaborados para se chegar ao valor da entidade** que reporta a informação; a rigor, fornecem informação para auxiliar investidores, credores por empréstimo e outros credores, existentes e em potencial, a estimarem o valor da entidade que reporta a informação.

D) Os usuários primários para quem relatórios contábil-financeiros de propósito geral são direcionados são os administradores da entidade que reporta.

Errada. Os usuário primários são os usuários externos. Conforme o pronunciamento CPC 00:

OB5. Muitos investidores, credores por empréstimo e outros credores, existentes e em potencial, não podem requerer que as entidades que reportam a informação prestem a eles diretamente as informações de que necessitam, devendo desse modo confiar nos relatórios contábil-financeiros de propósito geral, para grande parte da informação contábil-financeira que buscam.

Consequentemente, eles são os **usuários primários** para quem relatórios contábil-financeiros de propósito geral são direcionados.

E) O objetivo do relatório contábil-financeiro de propósito geral é fornecer informações contábil-financeiras acerca da entidade que reporta essa informação (*reporting entity*) que sejam úteis a investidores existentes e em potencial, a credores por empréstimos e a outros credores, quando da tomada decisão ligada ao fornecimento de recursos para a entidade.

Correta. Cópia do Pronunciamento CPC 00.

Gabarito → E

34. (Autores) Assinale a alternativa incorreta.

- A) As características qualitativas foram divididas em duas categorias: Características qualitativas fundamentais e Características qualitativas de melhoria
- B) Para atender à característica qualitativa da compreensibilidade, as informações contábeis específicas e complexas, como investimentos em derivativos financeiros, devem ser excluídas das demonstrações.
- C) As características qualitativas fundamentais são relevância e representação fidedigna.
- D) Informação contábil-financeira relevante é aquela capaz de fazer diferença nas decisões que possam ser tomadas pelos usuários.
- E) Para ser representação perfeitamente fidedigna, a realidade retratada precisa ter três atributos. Ela tem que ser completa, neutra e livre de erro.

Comentários:

A alternativa B está incorreta. Conforme o pronunciamento CPC 00:

QC31. Certos fenômenos são inerentemente complexos e não podem ser facilmente compreendidos. A exclusão de informações sobre esses fenômenos dos relatórios contábil-financeiros pode tornar a informação constante em referidos relatórios mais facilmente compreendida. **Contudo, referidos relatórios seriam considerados incompletos e potencialmente distorcidos (*misleading*).**

Ou seja, uma informação relevante não pode ser excluída por ser complexa.

As alternativas A,C,D e E estão corretas.

Gabarito → B

35. (Autores) Assinale a alternativa incorreta:

- A) Comparabilidade é a característica qualitativa que permite que os usuários identifiquem e compreendam similaridades dos itens e diferenças entre eles.
- B) A verificabilidade ajuda a assegurar aos usuários que a informação representa fidedignamente o fenômeno econômico que se propõe representar
- C) Tempestividade significa ter informação disponível para tomadores de decisão a tempo de poder influenciá-los em suas decisões.
- D) Compreensibilidade significa que a classificação, a caracterização e a apresentação da informação são feitas com clareza e concisão, tornando-a compreensível.
- E) Para ser livre de erros, os demonstrativos contábil-financeiros devem apresentar total exatidão, sendo que isso é assegurado pelo método das partidas dobradas, sempre que o total dos débitos bater com o total dos créditos.

Comentários:

A letra E está incorreta. Veja trecho do pronunciamento CPC 00:

QC15. Representação fidedigna não significa exatidão em todos os aspectos. Um retrato da realidade econômica livre de erros significa que não há erros ou omissões no fenômeno retratado, e que o processo utilizado, para produzir a informação reportada, foi selecionado e foi aplicado livre de erros. Nesse sentido, um retrato da realidade econômica livre de erros não significa algo perfeitamente exato em todos os aspectos.

As demais alternativas estão corretas.

Gabarito → E

36. (CESPE/TC RO/Contador/2013) O direito de propriedade é condição essencial para que seja configurada a existência de um ativo, o qual surge sempre em decorrência de um direito legal.

Comentário:

Ao determinar a existência de um ativo, o direito de propriedade não é essencial; assim, por exemplo, um imóvel objeto de arrendamento é um ativo, desde que a entidade controle os benefícios econômicos provenientes da propriedade.

Gabarito → Errado

37. (CESPE/TC RO/Contador/2013) O passivo cuja avaliação é realizada mediante a utilização de um grau significativo de estimativas é denominado provisões, as quais são reconhecidas no balanço patrimonial se satisfizerem os critérios de definição de passivo, como representar uma obrigação presente.

Comentário:

Esta questão veio diretamente do Pronunciamento CPC 00 (R1), confira:

4.19. Alguns passivos somente podem ser mensurados por meio do emprego de significativo grau de estimativa. No Brasil, denominam-se esses passivos de provisões. A definição de passivo, constante do item 4.4, segue uma abordagem ampla. Desse modo, caso a provisão envolva uma obrigação presente e satisfaça os demais critérios da definição, ela é um passivo, ainda que seu montante tenha que ser estimado. Exemplos concretos incluem provisões para pagamentos a serem feitos para satisfazer acordos com garantias em vigor e provisões para fazer face a obrigações de aposentadoria.

Gabarito → Certo

38. (CESPE/TC RO/Contador/2013) No caso de conflito entre a estrutura conceitual e um pronunciamento técnico do CPC, o disposto na estrutura conceitual deve ter prevalência sobre as exigências do pronunciamento técnico.

Comentário:

Conforme o CPC 00 (R1):

Esta Estrutura Conceitual não é um Pronunciamento Técnico propriamente dito e, portanto, não define normas ou procedimentos para qualquer questão particular sobre aspectos de mensuração ou divulgação. Nada nesta Estrutura Conceitual substitui qualquer Pronunciamento Técnico, Interpretação ou Orientação.

Pode haver um número limitado de casos em que seja observado um conflito entre esta Estrutura Conceitual e um Pronunciamento Técnico, uma Interpretação ou uma Orientação. Nesses casos, as exigências do Pronunciamento Técnico, da Interpretação ou da Orientação específicos devem prevalecer sobre esta Estrutura Conceitual.

Gabarito → Errado

39. As demonstrações contábeis devem ser elaboradas para atender os interesses de investidores atuais e de investidores em potencial, bem como as necessidades de credores por empréstimos e de outros credores, os quais utilizarão a informação contábil para decidir se devem ou não fornecer recursos para financiar a entidade que divulga essas demonstrações.

Comentário:

Conforme o CPC 00 (R1):

OB2. O objetivo do relatório contábil-financeiro de propósito geral é fornecer informações contábil-financeiras acerca da entidade que reporta essa informação (reporting entity) que sejam úteis a investidores existentes e em potencial, a credores por empréstimos e a outros credores, quando da tomada decisão ligada ao fornecimento de recursos para a entidade. Essas decisões envolvem comprar, vender ou manter participações em instrumentos patrimoniais e em instrumentos de dívida, e a oferecer ou disponibilizar empréstimos ou outras formas de crédito.

Gabarito → Certo

40. **(CESPE/Contador/Ministério do Trabalho/2014)** Considerando a legislação vigente e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, julgue o item que se segue, relativo aos procedimentos utilizados para a elaboração das demonstrações contábeis.

A substância econômica é um fator que, embora seja acessório, deve ser considerado na apuração do valor de registro de um ativo e nas suas avaliações posteriores.

Comentários

O erro da questão está em afirmar que a substância econômica é um item acessório. Segundo o CPC 00:

4.6. Ao avaliar se um item se enquadra na definição de ativo, passivo ou patrimônio líquido, deve-se atentar para a sua essência subjacente e realidade econômica e não apenas para sua forma legal. Assim, por exemplo, no caso do arrendamento mercantil financeiro, a essência subjacente e a realidade econômica são a de que o arrendatário adquire os benefícios econômicos do uso do ativo arrendado pela maior parte da sua vida útil, em contraprestação de aceitar a obrigação de pagar por esse direito valor próximo do valor justo do ativo e o respectivo encargo financeiro. Dessa forma, o arrendamento mercantil financeiro dá origem a itens que satisfazem à definição de ativo e de passivo e, portanto, devem ser reconhecidos como tais no balanço patrimonial do arrendatário.

Gabarito → Errado.

41. (FUNDATEC/Auditor/CAGE/RS/2014) As características qualitativas fundamentais da informação contábil são relevância e representação fidedigna. Com relação à relevância, é correto afirmar que:

- a) Um retrato da realidade econômica livre de erros não significa algo perfeitamente exato em todos os aspectos.
- b) Um retrato da realidade econômica livre de erros significa que não há erros ou omissões no fenômeno retratado, e que o processo utilizado, para produzir a informação reportada, foi selecionado e aplicado livre de erros.
- c) A informação pode ser capaz de fazer diferença em uma decisão, mesmo que alguns usuários tenham decidido não a levar em consideração ou já tenham tomado ciência de sua existência por outras fontes.
- d) A informação deve ser completa, neutra e livre de erro.
- e) O retrato da realidade econômica completo deve incluir toda a informação necessária para que o usuário compreenda o fenômeno sendo retratado, incluindo todas as descrições e explicações necessárias.

Comentários

QC5. As características qualitativas fundamentais são **relevância e representação fidedigna.**

Relevância

Informação contábil-financeira relevante é aquela capaz de **fazer diferença nas decisões** que possam ser tomadas pelos usuários.

A informação contábil-financeira é capaz de fazer diferença nas decisões se tiver **valor preditivo, valor confirmatório ou ambos**.

A informação contábil-financeira tem **valor preditivo se puder ser utilizada pelos usuários para prever futuros resultados**. A informação contábil-financeira não precisa ser uma predição ou uma projeção para que possua valor preditivo. A informação contábil-financeira com valor preditivo é empregada pelos usuários ao fazerem suas próprias predições.

A **informação** contábil-financeira tem **valor confirmatório se retro-alimentar – servir de feedback – avaliações prévias (confirmá-las ou alterá-las)**.

QC10. O **valor preditivo e o valor confirmatório** da informação contábil-financeira **estão inter-relacionados. A informação que tem valor preditivo muitas vezes também tem valor confirmatório**. Por exemplo, a informação sobre receita para o ano corrente, a qual pode ser utilizada como base para prever receitas para anos futuros, também pode ser comparada com predições de receita para o ano corrente que foram feitas nos anos anteriores. Os resultados dessas comparações podem auxiliar os usuários a corrigirem e a melhorarem os processos que foram utilizados para fazer tais predições.

Materialidade

QC11. A **informação é material se a sua omissão ou sua divulgação distorcida (misstating) puder influenciar decisões que os usuários tomam** com base na informação contábil-financeira acerca de entidade específica que reporta a informação. Em outras palavras, a **materialidade é um aspecto de relevância específico da entidade baseado na natureza ou na magnitude**, ou em ambos, dos itens para os quais a informação está relacionada no contexto do relatório contábil-financeiro de uma entidade em particular.

Consequentemente, não se pode especificar um limite quantitativo uniforme para materialidade ou predeterminar o que seria julgado material para uma situação particular.

Comentário:

A materialidade é um aspecto de relevância específico da entidade, baseado na natureza ou na magnitude. Ou seja, o que é material para uma empresa pode não ser para outra. Não é possível determinar um valor ou um percentual uniforme para todas as empresas.

Um item pode ter valor pequeno, mas ser material devido à sua natureza. Por exemplo, se uma grande empresa inicia um novo negócio, este pode ter, originariamente, valor pequeno em relação às operações da empresa. Mas pode ter muito potencial de rentabilidade e crescimento, ou de inovação, o que justifica a sua materialidade. Por exemplo, quando as empresas começaram a fabricar aparelhos de DVD, esse era um negócio pequeno, frente à operação de vídeo-cassete (que já estava estabelecida). Após alguns anos, os aparelhos de vídeo-cassete sumiram, e só restaram os DVD (que estão sumindo também – estão perdendo espaço para os aparelhos de Blu-ray).

Comentemos a questão item a item...

a) Um retrato da realidade econômica livre de erros não significa algo perfeitamente exato em todos os aspectos.

Esse item diz respeito à representação fidedigna na verdade. Conforme o CPC 00:

QC15. Representação fidedigna não significa exatidão em todos os aspectos. Um retrato da realidade econômica livre de erros significa que não há erros ou omissões no fenômeno retratado, e que o processo utilizado, para produzir a informação reportada, foi selecionado e foi aplicado livre de erros. Nesse sentido, um retrato da realidade econômica livre de erros não significa algo perfeitamente exato em todos os aspectos. Por exemplo, a estimativa de preço ou valor não observável não pode ser qualificada como sendo algo exato ou inexato. Entretanto, a representação dessa estimativa pode ser considerada fidedigna se o montante for descrito claramente e precisamente como sendo uma estimativa, se a natureza e as limitações do processo forem devidamente reveladas, e nenhum erro tiver sido cometido na seleção e aplicação do processo apropriado para desenvolvimento da estimativa.

b) Um retrato da realidade econômica livre de erros significa que não há erros ou omissões no fenômeno retratado, e que o processo utilizado, para produzir a informação reportada, foi selecionado e aplicado livre de erros.

Conforme explicado acima, assertiva trata da representação fidedigna, e não da relevância.

c) A informação pode ser capaz de fazer diferença em uma decisão, mesmo que alguns usuários tenham decidido não a levar em consideração ou já tenham tomado ciência de sua existência por outras fontes.

Este é o nosso gabarito. Segundo o CPC 00:

QC6. Informação contábil-financeira relevante é aquela capaz de fazer diferença nas decisões que possam ser tomadas pelos usuários. A informação pode ser capaz de fazer diferença em uma decisão mesmo no caso de alguns usuários decidirem não a levar em consideração, ou já tiver tomado ciência de sua existência por outras fontes.

d) A informação deve ser completa, neutra e livre de erro.

Alternativa também diz respeito à representação fidedigna. Segundo o CPC 00:

QC12. Os relatórios contábil-financeiros representam um fenômeno econômico em palavras e números. Para ser útil, a informação contábil-financeira não tem só que representar um fenômeno relevante, mas tem também que representar com fidedignidade o fenômeno que se propõe representar. **Para ser representação perfeitamente fidedigna, a realidade retratada precisa ter três atributos. Ela tem que ser completa, neutra e livre de erro.** É claro, a perfeição é rara, se de fato alcançável. O objetivo é maximizar referidos atributos na extensão que seja possível.

e) O retrato da realidade econômica completo deve incluir toda a informação necessária para que o usuário compreenda o fenômeno sendo retratado, incluindo todas as descrições e explicações necessárias.

Alternativa também trata da representação fidedigna. Nos termos do CPC 00:

QC13. O retrato da realidade econômica completo deve incluir toda a informação necessária para que o usuário compreenda o fenômeno sendo retratado, incluindo todas as descrições e explicações necessárias. Por exemplo, um retrato completo de um grupo de ativos incluiria, no mínimo, a descrição da natureza dos ativos que compõem o grupo, o retrato numérico de todos os ativos que compõem o grupo, e a descrição acerca do que o retrato numérico representa (por exemplo, custo histórico original, custo histórico ajustado ou valor justo). Para alguns itens, um retrato completo pode considerar ainda explicações de fatos significativos sobre a qualidade e a natureza desses itens, fatos e circunstâncias que podem afetar a qualidade e a natureza deles, e os processos utilizados para determinar os números retratados.

Gabarito → C.

42. (CESPE/PF/Contabilidade/2014) A intenção ou necessidade de uma entidade entrar em processo de liquidação não é condição suficiente para que suas demonstrações contábeis sejam elaboradas em bases distintas das utilizadas pelas entidades que têm a continuidade como premissa.

Comentário:

De acordo com o CPC 00:

Continuidade

4.1. As demonstrações contábeis normalmente são elaboradas tendo como premissa que a entidade está em atividade (going concern assumption) e irá manter-se em operação por um futuro previsível. Desse modo, parte-se do pressuposto de que a entidade não tem a intenção, nem tampouco a necessidade, de entrar em processo de liquidação ou de reduzir materialmente a escala de suas operações.

Por outro lado, **se essa intenção ou necessidade existir, as demonstrações contábeis podem ter que ser elaboradas em bases diferentes** e, nesse caso, a base de elaboração utilizada deve ser divulgada.

Gabarito → Certo

19 QUESTÕES COMENTADAS NESTA AULA

1. **(CESPE/Auditor de Controle Externo/TCE/SC/2016)** O público-alvo dos relatórios contábil-financeiros de propósito geral são, primariamente, os órgãos reguladores.

2. **(CESPE/PF/Contabilidade/2014)** Com relação aos pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), julgue o item a seguir.

A intenção ou necessidade de uma entidade entrar em processo de liquidação não é condição suficiente para que suas demonstrações contábeis sejam elaboradas em bases distintas das utilizadas pelas entidades que têm a continuidade como premissa.

3. **(CESPE/PF/Contabilidade/2014)** Com relação aos pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), julgue o item a seguir.

Para ser enquadrado na definição de ativo, um recurso precisa ser controlado pela entidade em decorrência de eventos passados e ser capaz de gerar benefícios econômicos futuros.

4. **(CESPE/MPU/Atuarial/2015)** Julgue o item seguinte, acerca dos componentes patrimoniais, suas características e contabilização.

Segundo a atual perspectiva contábil, o patrimônio líquido representa o valor justo econômico mínimo de uma empresa, caso os seus sócios desejem comercializá-la sem sofrer perda econômica.

5. **(CESPE/PF/Contabilidade/2015)** Julgue o item seguinte, acerca dos componentes patrimoniais, suas características e contabilização.

O benefício econômico futuro de um componente patrimonial é o pressuposto primordial para que esse componente seja contabilizado como ativo.

6. **(CESPE/MPU/Atuarial/2015)** Julgue o item seguinte, acerca dos componentes patrimoniais, suas características e contabilização.

Um passivo é uma obrigação presente advinda de eventos passados. Sua liquidação resulta, necessariamente, na saída de recursos financeiros capazes de gerar benefícios econômicos.

7. **(CESPE/MPU/Atuarial/2015)** Julgue o item seguinte, acerca dos componentes patrimoniais, suas características e contabilização.

As despesas configuram perdas nos benefícios econômicos de uma entidade, sob a forma de redução de ativos ou acréscimo de passivos, não estando relacionadas a distribuição de recursos a sócios/acionistas.

8. **(CESPE/Auditor Federal de Controle Externo/TCU/2013)** A característica qualitativa da comparabilidade é obtida quando são usados os mesmos métodos para os mesmos itens, pressupondo-se que as características qualitativas de melhoria tenham sido satisfeitas.

9. (adaptada) São usuários das demonstrações contábeis citados na sua estrutura conceitual: investidores existentes e em potencial; credores por empréstimos; e outros credores.

10. O objetivo das demonstrações contábeis da entidade é fornecer informações acerca da sua posição patrimonial e financeira, que sejam úteis aos usuários em suas avaliações e tomadas de decisão econômica. As demonstrações contábeis não permitem medir o desempenho nem as mudanças na posição financeira da entidade.

11. (Secont ES – Auditor do Estado – Cespe 2009) A fim de atingir seus objetivos, as demonstrações contábeis devem ser preparadas em conformidade com o regime de caixa. Segundo esse regime, os efeitos das transações e outros eventos são reconhecidos quando são recebidos ou pagos.

12. (CESPE/TRE - RJ/CONTADOR/2012) A estrutura conceitual estabelecida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis não constitui uma norma propriamente dita nem define normas ou procedimentos de qualquer espécie.

(Secont ES – Auditor do Estado – Cespe 2009) Com relação ao pronunciamento conceitual básico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), anexo à Deliberação CVM n.º 539/2008, julgue os itens.

13. (Secont ES – Auditor do Estado – Cespe 2009 - adaptada) Os elementos diretamente relacionados com a mensuração da posição patrimonial e financeira são: ativos, passivos e patrimônio líquido.

14. O benefício econômico futuro embutido em um ativo é o seu potencial de contribuir, direta ou indiretamente, para o fluxo de pagamentos ou equivalentes de caixa para a entidade.

15. Uma característica essencial com vistas à existência de um passivo é que a entidade tenha uma obrigação passada.

16. Receitas são aumentos nos benefícios econômicos durante o período contábil, sob a forma de entrada de recursos, de aumento de ativos ou de diminuição de passivos, que resultam em aumentos do patrimônio líquido e que não sejam provenientes de aporte dos proprietários da entidade.

17. Um passivo será reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja exigida em liquidação de uma obrigação presente e o valor dessa liquidação puder ser determinado em bases confiáveis.

(Analista de Correios – contador – CESPE – 2011) Acerca da estrutura conceitual para elaboração e apresentação de demonstrações contábeis, conhecida como CPC 00 e recepcionada pelo Conselho Federal de Contabilidade, julgue os itens a seguir.

18. (Analista de Correios – contador – CESPE – 2011) A fim de viabilizar a compreensão das demonstrações pelo gestor e demais usuários da informação contábil, deve-se evitar ou mesmo excluir, das demonstrações contábeis, as informações de elevada complexidade.

19. (CESPE STM – contabilidade – 2011) Para se reconhecer um passivo na estrutura patrimonial de uma empresa, deve-se atender a requisitos específicos. Assim, um passivo será reconhecido quando for provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja exigida em liquidação de uma obrigação presente e quando o valor pelo qual essa liquidação ocorrerá puder ser determinado em bases confiáveis.

20. (FCC/2009/TJ-SE) De acordo com a estrutura conceitual contábil, considere:

I. Todos os bens adquiridos pela empresa devem ser registrados no balanço patrimonial, nos grupos de ativos.

II. As despesas devem ser reconhecidas no resultado da empresa, considerando-se a sua associação direta com a receita gerada.

III. O conceito físico de manutenção de capital pressupõe a manutenção dos montantes financeiros dos ativos líquidos existentes no início do período e no final do período do Balanço Patrimonial.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I.
- (B) I e II.
- (C) I e III.
- (D) II.
- (E) III.

21. (FCC/2009/TJ-SE) Em conformidade com o estabelecido pela Resolução CFC no 1.121/08 o conceito financeiro de manutenção do capital, no qual o capital é definido em unidades monetárias nominais, o ganho por manutenção e/ou estocagem de ativos, no período, só podem ser reconhecidos como lucro

- (A) no momento em que ocorrer variação do indexador definido pelo órgão regulador.
- (B) de acordo com o regime de competência, independente da transferência para terceiros.
- (C) ao final de cada período verificado pela variação de um indexador definido pela entidade.
- (D) no momento em que estes ativos forem efetivamente vendidos a terceiros.
- (E) ao final do período examinado, se ocorrer aumento no índice geral de preços.

(Cespe/Embasa/2009) Acerca dos conceitos de manutenção do capital e determinação do lucro, contemplados no Pronunciamento Técnico CPC 00, julgue os itens a seguir.

22. O conceito de manutenção do capital está relacionado à forma como a entidade define o capital que ela procura manter, representando um elo entre os conceitos de capital e os conceitos de lucro.

23. (Cespe/Embasa/2009) O conceito financeiro de manutenção de capital requer a adoção do custo corrente como base de avaliação.

24. O principal objetivo da contabilidade é fornecer informações úteis para auxiliar o processo decisório dos usuários.

Comentários:

25. (ESAF/CVM/Analista de Mercados de Capitais/2010 - adaptada) O objetivo do relatório contábil-financeiro de propósito geral é fornecer informações contábil-financeiras acerca da entidade que reporta essa informação que sejam

úteis a investidores existentes e em potencial, a credores por empréstimos e a outros credores.

26. (ESAF/CVM/Analista de Mercados de Capitais/2010 - adaptada) Ativo é um recurso controlado pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que fluam futuros benefícios econômicos para a entidade.

27. (ESAF/CVM/Analista de Mercados de Capitais/2010 - adaptada) Passivo é uma obrigação presente da entidade, derivada de eventos passados, cuja liquidação se espera que resulte na saída de recursos capazes de gerar benefícios econômicos para a entidade.

28. (ESAF/CVM/Analista de Mercados de Capitais/2010 - adaptada) Patrimônio Líquido é o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos os resultados.

29. (ESAF/CVM/Analista de Mercados de Capitais/2010 - adaptada) Muitos ativos têm forma física. Entretanto, a forma física não é essencial para a existência de um ativo.

30. (ESAF/CVM/Analista de Mercados de Capitais/2010 - adaptada) Muitos ativos estão ligados a direitos legais, inclusive a direito de propriedade. Ao determinar a existência de um ativo, entretanto, o direito de propriedade não é essencial.

31. (Autores) Sobre as características qualitativas da informação contábil-financeira, assinale a alternativa correta:

A) A informação pode ter valor preditivo ou valor confirmatório, mas não os dois ao mesmo tempo.

B) A informação contábil-financeira não tem valor preditivo, pois a contabilidade se refere a eventos passados, já ocorridos. Eventos futuros não são contabilizados.

C) As características qualitativas fundamentais são relevância e valor confirmatório.

D) Informação contábil-financeira relevante é aquela capaz de fazer diferença nas decisões que possam ser tomadas pelos usuários.

E) A informação contábil-financeira tem valor preditivo se confirmar ou alterar avaliações prévias.

32. (Autores) Indique a alternativa que apresenta características qualitativas das demonstrações contábil-financeiras, de acordo com o CPC 00:

- A) relevância, comparabilidade, entidade
- B) Verificabilidade, competência, tempestividade
- C) representação fidedigna, tempestividade, compreensibilidade
- D) Comparabilidade, continuidade, tempestividade
- E) oportunidade, relevância, representação fidedigna

33. (Autores) Assinale a alternativa correta

- A) A Estrutura Conceitual estabelece os conceitos que fundamentam a elaboração e a apresentação de demonstrações contábeis destinadas a usuários internos.
- B) Se houver algum conflito entre esta Estrutura Conceitual e um Pronunciamento Técnico, uma Interpretação ou uma Orientação, deve ser seguido o que consta na Estrutura Conceitual.
- C) A principal função dos Relatórios contábil-financeiros de propósito geral consiste em apurar e demonstrar o valor econômico da entidade que reporta a informação
- D) Os usuários primários para quem relatórios contábil-financeiros de propósito geral são direcionados são os administradores da entidade que reporta.
- E) O objetivo do relatório contábil-financeiro de propósito geral é fornecer informações contábil-financeiras acerca da entidade que reporta essa informação (*reporting entity*) que sejam úteis a investidores existentes e em potencial, a credores por empréstimos e a outros credores, quando da tomada decisão ligada ao fornecimento de recursos para a entidade.

34. (Autores) Assinale a alternativa incorreta.

- A) As características qualitativas foram divididas em duas categorias: Características qualitativas fundamentais e Características qualitativas de melhoria
- B) Para atender à característica qualitativa da compreensibilidade, as informações contábeis específicas e complexas, como investimentos em derivativos financeiros, devem ser excluídas das demonstrações.
- C) As características qualitativas fundamentais são relevância e representação fidedigna.
- D) Informação contábil-financeira relevante é aquela capaz de fazer diferença nas decisões que possam ser tomadas pelos usuários.
- E) Para ser representação perfeitamente fidedigna, a realidade retratada precisa ter três atributos. Ela tem que ser completa, neutra e livre de erro.

35. (Autores) Assinale a alternativa incorreta:

- A) Comparabilidade é a característica qualitativa que permite que os usuários identifiquem e compreendam similaridades dos itens e diferenças entre eles.
- B) A verificabilidade ajuda a assegurar aos usuários que a informação representa fidedignamente o fenômeno econômico que se propõe representar
- C) Tempestividade significa ter informação disponível para tomadores de decisão a tempo de poder influenciá-los em suas decisões.
- D) Compreensibilidade significa que a classificação, a caracterização e a apresentação da informação são feitas com clareza e concisão, tornando-a compreensível.
- E) Para ser livre de erros, os demonstrativos contábil-financeiros devem apresentar total exatidão, sendo que isso é assegurado pelo método das partidas dobradas, sempre que o total dos débitos bater com o total dos créditos.

(CESPE/TC RO/Contador/2013) Com relação à estrutura conceitual do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), julgue os itens a seguir.

36. (CESPE/TC RO/Contador/2013) O direito de propriedade é condição essencial para que seja configurada a existência de um ativo, o qual surge sempre em decorrência de um direito legal.

37. (CESPE/TC RO/Contador/2013) O passivo cuja avaliação é realizada mediante a utilização de um grau significativo de estimativas é denominado provisões, as quais são reconhecidas no balanço patrimonial se satisfizerem os critérios de definição de passivo, como representar uma obrigação presente.

38. (CESPE/TC RO/Contador/2013) No caso de conflito entre a estrutura conceitual e um pronunciamento técnico do CPC, o disposto na estrutura conceitual deve ter prevalência sobre as exigências do pronunciamento técnico.

39. As demonstrações contábeis devem ser elaboradas para atender os interesses de investidores atuais e de investidores em potencial, bem como as necessidades de credores por empréstimos e de outros credores, os quais utilizarão a informação contábil para decidir se devem ou não fornecer recursos para financiar a entidade que divulga essas demonstrações.

40. **(CESPE/Contador/Ministério do Trabalho/2014)** Considerando a legislação vigente e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, julgue o item que se segue, relativo aos procedimentos utilizados para a elaboração das demonstrações contábeis.

A substância econômica é um fator que, embora seja acessório, deve ser considerado na apuração do valor de registro de um ativo e nas suas avaliações posteriores.

41. **(FUNDATEC/Auditor/CAGE/RS/2014)** As características qualitativas fundamentais da informação contábil são relevância e representação fidedigna. Com relação à relevância, é correto afirmar que:

- a) Um retrato da realidade econômica livre de erros não significa algo perfeitamente exato em todos os aspectos.
- b) Um retrato da realidade econômica livre de erros significa que não há erros ou omissões no fenômeno retratado, e que o processo utilizado, para produzir a informação reportada, foi selecionado e aplicado livre de erros.
- c) A informação pode ser capaz de fazer diferença em uma decisão, mesmo que alguns usuários tenham decidido não a levar em consideração ou já tenham tomado ciência de sua existência por outras fontes.
- d) A informação deve ser completa, neutra e livre de erro.
- e) O retrato da realidade econômica completo deve incluir toda a informação necessária para que o usuário compreenda o fenômeno sendo retratado, incluindo todas as descrições e explicações necessárias.

42. **(CESPE/PF/Contabilidade/2014)** Com relação aos pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), julgue o item a seguir.

A intenção ou necessidade de uma entidade entrar em processo de liquidação não é condição suficiente para que suas demonstrações contábeis sejam elaboradas em bases distintas das utilizadas pelas entidades que têm a continuidade como premissa.

20 GABARITO DAS QUESTÕES COMENTADAS NESTA AULA

QUESTÃO	GABARITO	QUESTÃO	GABARITO
1	E	26	C
2	E	27	C
3	C	28	E
4	E	29	C
5	C	30	C
6	E	31	D
7	C	32	C
8	E	33	E
9	C	34	B
10	E	35	E
11	E	36	E
12	C	37	C
13	C	38	E
14	E	39	C
15	E	40	E
16	C	41	C
17	C	42	C
18	E		
19	C		
20	D		
21	D		
22	C		
23	E		
24	C		
25	C		